



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Relatório de Atividades 1997



RELATI-1997

APC 024
DIA 03 DE 06-043
1997



4750191-0237

4750191-0237



Relatório de Atividades

MARÇO DE 1998

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Prefeito

Célio de Castro

Vice-Prefeito

Marcos Villela de Sant'Anna

Secretaria de Governo

Antônio de Faria Lopes

Assistência Militar

Ten. Cel. Ademir Dias

Assessoria Comunicação Social

Manoel Marcos Guimarães

Procuradoria

Marco Antônio de Rezende Teixeira

Auditoria

Walter Alberto Prosdocimi Pinto

Corregedoria

Elaine Noronha Nassif

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Belotur

Mauro Werkema

Beprem

Fernando Viana Cabral

BHTrans

Antônio Carlos Pereira

Fundação Zoobotânica

Hugo Eiras Furquim Werneck

Hospital Odilon Behrens

Maria Luiza Vasconcelos Nascimento

Prodabel

Gustavo da Gama Torres

Sudecap

José Tarcísio Caixeta

SLU

Luiz Henrique Dantas Hargreaves

Urbel

Pio XI Procópio de Alvarenga

SECRETARIAS

Administração

Paulino Cícero de Vasconcelos

Fazenda

Fernando Damata Pimentel

Planejamento

Maurício Borges Lemos

Atividades Urbanas

Délcio Antônio Duarte

Meio Ambiente

Paulo Emílio Coelho Lott

Educação

Maria Ceres Pimenta Spínola Castro

Desenvolvimento Social

Vera Maria Neves Victor

Saúde

Athos de Carvalho

Cultura

Luís Soares Dulci

Esportes

Wadson de Oliveira Lima

Indústria e Comércio

Marcos Villela de Sant'Anna

Abastecimento

Rogério Colombini Moura Duarte

Sumário

Cenário Macroeconômico e a Evolução da Execução Orçamentária e Financeira da PBH.....	7
Políticas Institucionais	
Assessoria de Comunicação Social.....	13
Governo.....	15
Fazenda.....	23
Planejamento.....	26
Administração.....	30
Prodabel.....	33
Beprem.....	36
Atividades Urbanas.....	39
Indústria e Comércio.....	42
Belotur.....	46
Infra-Estrutura	
Sudecap.....	51
BHTrans.....	54
SLU.....	59
Urbel	64
Meio Ambiente.....	68
Fundação Zoobotânica.....	71
Políticas Sociais	
Abastecimento.....	77
Educação.....	81
Saúde.....	86
Desenvolvimento Social.....	89
Esportes.....	93
Cultura.....	96

CENÁRIO MACROECONÔMICO E A EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA PBH

No ano de 1997, enquanto a economia brasileira cresceu a uma taxa de 3,0%, as receitas municipais apresentaram uma taxa de crescimento real de 4,0% (Quadro 1), o que não deixa de ser um resultado significativo.

Alguns procedimentos foram adotados com o objetivo de alcançar esse incremento nas receitas, dentre eles: revisão da situação fiscal de imóveis isentos de IPTU; revisão da metodologia de apuração do padrão de acabamento de imóveis; acompanhamento sistemático dos 1.000 "maiores" contribuintes do ISSQN; incremento das ações fiscais visando a inclusão de contribuintes no regime de estimativo; intensificação da fiscalização nos cartórios visando apurar eventuais fraudes e sonegação do ITBI; implantação de código de barras nas guias de arrecadação municipal; implantação de rotinas de auto-atendimento visando a melhoria do atendimento ao contribuinte nas unidades da SMFA, e simplificação das rotinas de parcelamento de créditos inscritos em Dívida Ativa.

Por outro lado, a política fiscal adotada pelos Governos Estadual e Federal vem promovendo uma grave redução da arrecadação tributária das esferas políticas subjacentes.

Em nível estadual, as leis estaduais nº 12.040/95 e 12.428/96, conhecidas como Leis Robin Hood, que determinam critérios para a distribuição do ICMS em Minas Gerais, promoveram expressiva queda das transferências desse imposto para o município. Em razão desta legislação, estima-se que Belo Horizonte tenha perdido recursos da ordem de R\$ 17 milhões no ano de 1997. Apesar disso, verifica-se um aumento de 3,5% no valor do ICMS de 1997 em relação a 1996 (Quadro 1) devido ao aumento que vem ocorrendo na participação de Belo Horizonte no VAF.

Em relação à política fiscal federal, o município vem contabilizando prejuízos devido ao fim do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis (IVC), à implementação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e à vigência da Lei Complementar nº 87/96, a chamada Lei Kandir. A extinção do IVC, através da Emenda Constitucional nº 03/93, resultou na perda de aproximadamente R\$ 8 milhões em receitas do município. O FEF promoveu a desvinculação constitucional de 5,6% do Imposto de Renda que compõe o Fundo de Participação dos Municípios e,

portanto, o decréscimo correspondente das transferências para os municípios. Com a mobilização dos principais municípios brasileiros, dentre os quais se destacou Belo Horizonte, os efeitos dessa legislação foram atenuados com a aprovação pelo Senado do ressarcimento de parte destas perdas entre 1997 e 1999. Apesar disso, estima-se que o município tenha registrado uma perda na receita no montante de R\$ 6 milhões.

Já a Lei Kandir realizou uma verdadeira reforma tributária, alterando o conceito de base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, sem, contudo, oferecer aos estados e municípios compensação efetiva a sua perda. Na sua primeira fase isentou definitivamente as operações de aquisição de bens de capital e de exportação de qualquer mercadoria, assim como passou a permitir o pleno aproveitamento do crédito relativo a operações com serviços de energia elétrica e telecomunicações para o abatimento do crédito tributário devido. As perdas, relativas a essa lei, foram estimadas em R\$ 11 milhões.

Em relação à despesa, ocorreu um aumento de 8,0% em relação a 1996 (Quadro 2). Este aumento deveu-se a dois fatores: folha de pagamento e dívida fundada.

O aumento de 20,2% na folha de pagamento, correspondente a R\$ 72.299.123,16 (Quadro 2), foi, na verdade, consequência de um aumento concedido no ano de 1996. Como este aumento não ocorreu de forma linear, concentrando-se no 2º semestre de 1996, o impacto se deu no ano de 1997, no qual apenas um abono foi concedido.

No caso da dívida fundada, constata-se um aumento de 57,2%, que corresponde a R\$ 30.816.889,13 (Quadro 2). Em 1997 ocorreu pagamento da dívida de curto prazo e aumento da dívida de longo prazo.

Verificamos uma redução de 19,0% nos outros custeios e uma redução de 16,7% nos investimentos (Quadro 2). Apesar da queda, o valor dos investimentos foi significativo para um primeiro ano de governo. Através dos financiamentos já existentes, foi possível evitar um corte mais drástico.

O ano de 1997 foi de ajustes e apresentou dificuldades em função do aumento da folha de pagamento e do serviço da dívida de longo prazo. Entretanto, conseguimos manter um bom nível de investimentos, considerando ser este o primeiro ano de governo.

QUADRO 1
RELATÓRIO GERENCIAL
RECEITA CORRENTE¹
1996-1997

(VALORES EM REAIS - DEZ97)²

RECEITAS	1996	1997	VARIÇÃO 1996/1997	
PRÓPRIAS	460.915.971,14	481.299.764,51	20.383.793,37	4,4%
IPTU E TAXA DE LIXO	183.682.160,90	186.730.714,37	3.048.553,47	1,7%
ISS/DA/TAXAS	277.233.810,24	294.569.050,14	17.335.239,90	6,3%
TRANSFERIDAS	243.498.429,16	252.893.202,89	9.394.773,73	3,9%
ICMS ³	138.277.772,24	143.154.346,94	4.876.574,70	3,5%
IPI	5.243.602,53	5.672.181,65	428.579,12	8,2%
IPVA	50.706.727,68	52.423.334,39	1.716.606,71	3,4%
FPM	49.270.326,72	51.643.339,91	2.373.013,19	4,8%
RETENÇÃO DE IRPF	14.675.946,47	17.228.484,95	2.552.538,48	17,4%
FINANCEIRAS	4.857.640,53	1.173.705,30	-3.683.935,23	-75,8%
TOTAL DAS RECEITAS	723.947.987,30	752.595.157,65	28.647.170,35	4,0%

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento

1. EXCLUSIVE RECEITAS VINCULADAS (SUS, FND E OUTROS)

2. CORRIGIDOS PELO IGP-M

3. INCLUI COMPENSAÇÃO DA LEI KANDIR

QUADRO 2
RELATÓRIO GERENCIAL
DESPESA CORRENTE E INVESTIMENTOS
1996-1997

(VALORES EM REAIS - DEZ97)²

DESPESAS	1996	1997	VARIÇÃO 1996/1997	
DESPESAS CORRENTES	647.400.764,06	725.498.417,95	78.097.653,89	12,1%
PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	412.358.894,93	494.036.394,95	81.677.500,02	19,8%
PESSOAL	357.661.062,79	429.960.185,95	72.299.123,16	20,2%
ENCARGOS E BENEFÍCIOS	54.697.832,14	64.076.209,00	9.378.376,86	17,1%
OUTROS CUSTEIOS	181.162.948,25	146.766.213,00	-34.396.735,25	-19,0%
DÍVIDA FUNDADA	53.878.920,87	84.695.810,00	30.816.889,13	57,2%
INVESTIMENTOS	105.474.184,70	87.886.349,00	-17.587.835,70	-16,7%
ROT	95.852.884,19	75.223.544,00	-20.629.340,19	-21,5%
FINANCIAMENTOS	9.621.300,51	12.662.805,00	3.041.504,49	31,6%
TOTAL DAS DESPESAS	752.874.948,76	813.384.766,95	60.509.818,19	8,0%

FONTE: Secretaria Municipal de Planejamento

1. CORRIGIDOS PELO IGP-M

Políticas
Institucionais

Relatório
de Atividades



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A ênfase do trabalho realizado pela ASSCS ao longo de 1997 foi a de se buscar um novo formato político e profissional às ações de comunicação na Prefeitura, tendo como eixos a maior presença da área nos debates em torno das decisões e a busca de melhor coordenação das ações de todo o governo.

Nenhum governo se elege para executar políticas de comunicação como um fim em si mesmo, mas para executar políticas de educação, saúde, alimentação e ação social, entre outras. A política de comunicação social, entretanto, é fundamental para o sucesso de todas as demais, agindo não apenas como complemento, mas como geradora de ações de governo.

O trabalho caracterizou-se pela manutenção e ampliação de alguns programas existentes, pela reformulação e criação de outros, destacando-se o embrião de atuação mais efetiva na área de relações públicas, até então inexistente. Nessa área, buscou-se ampliar, fundamentalmente, o processo de comunicação interno, entre a administração e os servidores da própria PBH, e fortalecer os canais de comunicação com a população, de modo a obter o feed-back indispensável às ações governamentais e ao próprio trabalho de comunicação.

Estão nesse rol ações como a edição de informativo exclusivo para os servidores, a instituição do programa "Fale com o prefeito", através de emissoras de rádio e com envio de cartas do prefeito respondendo a questões formuladas por cidadãos, e a implantação, junto com o Gabinete, do programa "Criança prefeito".

Na área de Publicidade, o período foi marcado pela transição no contrato com as agências, mediante realização de licitação que teve ampla participação da sociedade, por intermédio da presença, na comissão de licitação, de representantes dos próprios meios publicitários, garantindo a transparência absoluta do processo.

O ano marcou, ainda, a adequação dos investimentos em publicidade à realidade financeira do município, com redução de cerca de 50% desses investimentos em relação ao ano anterior, voltados exclusivamente para a prestação de contas das ações governamentais e para a mobilização da cidade em torno das comemorações do Centenário.

O Departamento de Imprensa reformulou editorialmente o BH Notícias, que passou a noticiar amplamente as ações da Prefeitura, circulando internamente e sendo enviado aos veículos de comunicação da capital; o

BH notícias passou a ser enviado, também, a todos os vereadores, como forma de prestar contas dos atos do Executivo Municipal. O atendimento diário à imprensa foi dinamizado, buscando-se sempre garantir o acesso às informações de interesse público.

O Departamento foi, ainda, responsável pela edição diária do programa de Rádio "Sintonia Belo Horizonte", veiculado diariamente em sete emissoras AM da capital, com informações de interesse público.

A Assessoria de Comunicação Social responsabilizou-se, ainda, pela edição e distribuição, terceirizada, do DOM - Diário Oficial do Município; reativou o setor de Criação e Produção Gráfica, para atendimento a pequenas demandas internas; assumiu o controle das edições do programa "Rádio Feira" (anteriormente sob o controle do Belotur); implantou experimentalmente a "Espera telefônica" na própria ASSCS e no Gabinete do Prefeito; manteve o serviço próprio de "clipping" do noticiário publicado sobre a cidade; e assumiu, compartilhadamente com a Assessoria de Comunicação da BHTRANS, a edição do "Jornal do Ônibus".

No esforço de coordenação e integração das ações de comunicação no âmbito da Prefeitura, a ASSCS realizou seminário com todos os profissionais de comunicação social em serviço na PBH, resultando na criação de um fórum permanente de discussões..

É de se destacar, finalmente, a participação decisiva da ASSCS em foruns de debate interno sobre as ações da Prefeitura, como o Orçamento Participativo, as comemorações do Centenário e a criação de programas de mobilização comunitária e social.

Não menos importante foi o trabalho de assessoria direta ao prefeito e a outros integrantes do Executivo em ações relacionadas com a área de comunicação social.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

(R\$ 1,00)

SETOR : ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CODIGO	TITULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PERSONAL E EDUCAÇÃO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRAÇÃO	728.079	3.963.688	4.691.767	2.727	4.694.494
TOTAL		728.079	3.963.688	4.691.767	2.727	4.694.494

GOVERNO

A Secretaria Municipal de Governo tem por finalidade coordenar as atividades políticas do governo municipal, as atividades de defesa civil, de Direitos Humanos e Cidadania, e de Proteção e Defesa do Consumidor. Coordena ainda as ações das Administrações Regionais, além de dar suporte operacional ao Gabinete do Prefeito. O desenvolvimento destas atividades pressupõe uma estreita sintonia com o plano global de governo.

O Departamento Técnico Consultivo (DTCGO) está empenhado em agilizar o seu processo de informatização, visando executar com maior agilidade, segurança e qualidade de impressão os Documentos Oficiais que tramitam pelo órgão; além de facilitar a consulta às informações referentes à legislação, inclusive com o acesso ao SICON - Sistema de Informação do Congresso Nacional, para pesquisas de Projetos de Lei em tramitação no Congresso, de informações importantes para tomada de decisões, de jurisprudência e doutrina constante da biblioteca do Senado e outras bibliotecas conveniadas. Com o mesmo objetivo, o DTCGO contribuiu para a elaboração do CD- ROM - Legislação Municipal

No ano de 1997, o DTCGO desenvolveu as seguintes atividades: Decretos expedidos: 405, Portarias expedidas: 74, Proposições de Leis: 184; Leis sancionadas: 166; Dispositivos promulgados: 01; Leis promulgadas: 06; vetos encaminhados à Câmara Municipal: 17; vetos rejeitados: 06; vetos mantidos: 11; mensagens encaminhadas à Câmara Municipal: 39; Pedidos de devolução de mensagens: 04; ofícios (requerimentos, representações, moções e indicações com resposta à Câmara Municipal: 645; obras e serviços: 552; utilidade pública: 60; informações: 88); ofícios encaminhados à Câmara Municipal (requerimentos, representações, indicações, diligências, informações): 1113; ofícios enviados à diversos órgãos: 64.

Com o objetivo de assistir à população em situações de emergência, a Coordenadoria de Defesa Civil atendeu, em 1997, 3.515 ocorrências diversas, com atuação conjunta com a Urbel, Sudecap e AR's. Nessas ocorrências, foram doados mantimentos e artigos arrecadados em campanhas beneficentes.

Órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, o Procon-PBH tem suas ações pautadas por três princípios básicos: educação para o consumo, mediação de conflitos e repressão aos abusos cometidos por fornecedores contra consumidores. No ano de 1997, houve um

acréscimo de 38 % no número de atendimentos e de 78,8% no número de reclamações em relação ao ano de 1996.

No ano de 1997, foi efetivada uma série de iniciativas de reestruturação do órgão, como a implantação do serviço de atendimento eletrônico pelo número 1512, um trabalho conjunto com a Vigilância Sanitária, além de ações como o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar problemas no fornecimento da carne, instalada na Câmara Municipal. Foi também criada, em parceria com a Prodabel, uma homepage na internet com orientações e toda a legislação de proteção e defesa ao consumidor.

Tramita na Câmara Municipal o Projeto de Lei n. 218/97, de autoria do Executivo, que cria o Fundo Municipal de proteção e Defesa do Consumidor de Belo Horizonte, e o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Belo Horizonte, dotando a cidade de órgão gestor e do fundo que acolherá multas, recursos orçamentários e outros destinados ao aperfeiçoamento da ação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

Em 1997, a Coordenadoria de Direitos Humanos lançou o "Programa Cidade Cidadã" a partir da temática da Mulher e Direitos Humanos, População de Rua e Construção da Cidadania Coletiva, Saúde Mental e Cidadania, Vila, Favelas e Organização Popular e Violência Policial e Segurança Pública. Dentro desse Programa, merece destaque a Assessoria Jurídica, que vem desenvolvendo, em conjunto com a Pastoral Carcerária, trabalho com os familiares de presos do Departamento de Investigações da Lagoinha, com o objetivo de criar movimento organizado capaz de intervir diretamente nas condições de vida dos presidiários.

O atendimento às questões jurídicas será potencializado através de convênio de cooperação mútua entre a Coordenadora, a Faculdade de Direito da UFMG, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e escritórios privados de advocacia.

Outro trabalho desenvolvido pela Coordenadoria objetivou a criação de um espaço de interlocução entre a comunidade e o poder público, congruente com as ações empreendidas junto às frentes temáticas estabelecidas no Programa Cidade Cidadã.

A Coordenadoria se consolidou como referência definitiva junto aos canais de comunicação. Essa referência justificou o seu empenho em adequar a política de comunicação ao conceito que norteia todas as atividades do órgão, além da integração de ações e a busca de parcerias, não somente com os veículos de comunicação, mas

também com outras instituições governamentais e com entidades e movimentos populares e organizados.

Durante todo o ano de 97, a proposta de trabalho da Coordenadoria veio se consolidando a partir de um trabalho realizado em parceria com movimentos sociais, organismos não-governamentais e instituições públicas, onde se tornou possível a troca de experiências, buscando a elaboração e viabilização de políticas públicas de Direitos Humanos.

No ano de 1997 o Departamento de Ação Regional (DARGO) implementou e coordenou o programa "O Prefeito na Regional", quando o Prefeito passou um dia em cada Administração Regional, visitando, inaugurando obras, conversando com a comunidade local e reunindo-se com o Administrador e sua equipe de assessores e diretores.

O Departamento desenvolveu ainda atividades de Assessoria Jurídica às Administrações Regionais, no tocante a licitações, contratos, aditivos, convênios, invasões de vias e/ou terrenos públicos etc. Além da participação em diversas atividades técnicas e de representação, o Dargo esteve representado nos seguintes grupos de trabalho: Fundo Municipal de Abastecimento Alimentar, Comissão Municipal do Orçamento Participativo, Secretaria Executiva da Comissão Municipal do Orçamento Participativo, Grupo Técnico de Saneamento, Grupo Gerencial de Áreas de Risco, Grupo Técnico Cemig, Grupo Técnico de Reforma Administrativa nas Regionais, Grupo de Trabalho sobre Licitações, Grupo de Trabalho sobre Transposições Ferroviárias.

PLANO MENSUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MÁTIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PERSONAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
T	ADMINISTRAÇÃO	2.210.365	419.896	2.630.261	35.585	2.665.847
10	EDUCAÇÃO PÚBLICA	117.969	154.001	271.970	1.041	273.011
11	PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO	118.747	54.382	173.129	0	173.129
12	ASSISTÊNCIA	457.185	291.127	748.312	0	748.312
TOTAL		2.904.266	1.115.406	4.019.672	36.626	4.056.298

Administrações Regionais

As nove Administrações Regionais, além das atividades relativas à fiscalização de posturas e obras, da promoção de eventos sócio-econômico-culturais, da manutenção da cidade e de próprios públicos e da promoção da saúde e educação, atuaram conjuntamente na implementação das políticas públicas formuladas pela PBH, na preparação e coordenação do Orçamento Participativo, no apoio às Cmforça's, no estabelecimento de parcerias e na ampliação da participação popular.

Na área de educação a AR Barreiro consolidou a ampliação da Escola Municipal Cônego Sequeira e iniciou as atividades de ampliação da Escola Municipal União Comunitária, com a criação de 125 novas no ensino fundamental. Na área de transporte e trânsito, foi implementada a Comissão Regional de Transportes e entrou em funcionamento a Estação Diamante do BHBUS, que veio sistematizar e minimizar os problemas de circulação e trânsito no Barreiro. Foram iniciadas negociações com a Copasa/Urbel para implantação de sistema condominial de esgotamento sanitário, em parceria com a comunidade e saneada a região da malha ferroviária, em conjunto com a MRS Logística, concessionária da RFFSA. Na área de saúde, foi inaugurado o Centro de Saúde do Vale do Jatobá e incorporadas duas novas ambulâncias ao Distrito Sanitário do Barreiro para atendimento aos usuários dos centros de saúde e Cersam.

Na Administração Regional Centro-Sul, na área da saúde, foi inaugurado o Centro de Saúde Santa Lúcia (OP/96) e foram implantados os serviços de audiometria e impedanciometria na policlínica Antônio Cândido, além do programa de prevenção e controle de desnutrição e de doença respiratória aguda em todos os centros de saúde. O Departamento de Desenvolvimento Econômico Social realizou mobilização das comunidades para a instalação das comissões locais de assistência social, estando as comissões já em funcionamento. Através do Departamento de Manutenção foram realizadas a recuperação da estrutura do Viaduto Santa Tereza, e a pintura do Elevado Castelo Branco e das muretas do Ribeirão Arrudas.

Na área de saúde, foram priorizadas as ações de vigilância sobre alimentos produzidos ou comercializados na região, o controle da dengue, o controle da leishmaniose visceral. Foram efetuados cerca de 5.000 atendimentos/dia. Quanto à área de educação, o Centro de Educação Infantil da Leste atuou junto a 19 creches conveniadas.

Na Administração Regional Nordeste, na área de saúde, foram realizados alguns eventos visando uma melhor interação com a comunidade: 1º Encontro de Conselheiros da Saúde; 1º Conferência Distrital da Saúde da Mulher - "Direito e Conquista da Cidadania"; Módulo de Sensibilização à Saúde do Idoso; Campanha de Multivacinação infantil. A

Regional iniciou o funcionamento da Central de Esterilização, com 3 unidades já em suas novas sedes, os Centros de Saúde Ribeiro de Abreu e Vila Maria. No setor educacional, foram fomentados o colegiado de Diretores das Escolas Municipais, a Coordenadora da Oficina Pública Profissionalizante e o Centro de Educação Infantil. Em agosto/97, foi promovido o encontro com os professores de 1º e 2º turnos (1000), oferecendo 20 oficinas com temas variados.

A Administração Regional Norte implantou o projeto "Regional no Seu Bairro", que é a visita do Administrador Regional aos bairros da região. Foram removidas 150 famílias que estavam acampadas no passeio da Rua Pintor Renato Lima, para uma área no Bairro Jardim Belmont, trabalho desenvolvido em parceria com a Urbel. Foram retiradas ainda 26 famílias que estavam em área de risco na Vila Boa União. O Departamento de Controle Urbano abriu concorrência para licenciamento de ambulantes, processo que se encontra em andamento,.

Na área de saúde, a AR Noroeste inaugurou a nova sede do CS São José, implantou o Laboratório Distrital, a Central de Esterilização Noroeste, o Laboratório de Zoonoses e reabriu o Bloco Cirúrgico do PAM Padre Eustáquio. Na área de Desenvolvimento Sócio-Econômico-Cultural, em conjunto com a SMC, publicou-se o "Projeto Memórias dos Bairros - De Curral Del Rey a Belo Horizonte". Na área de educação foram criadas bibliotecas-pólo em três escolas municipais e implementado o Centro de Educação Infantil. As principais ações na área de meio ambiente foram a adoção pela sociedade de cerca de 10% das áreas verdes da regional, e o cercamento da área do Aeroporto Carlos Prates, visando a implantação do futuro Parque Ecológico, Lazer e Cultural da Região Noroeste. Foram entregues 40 apartamentos do Conjunto Habitacional Araribá, atividade que marca o início de uma atuação mais articulada do poder público na região da Pedreira Prado Lopes. A Regional participou do Grupo de Trabalho de elaboração do projeto de reassentamento dos moradores da Vila São José, do Projeto viário para a continuação da Av. Pedro II, e dos estudos de intervenção urbana e duplicação da Av. Antônio Carlos. Buscando melhorar as condições de trabalho e o atendimento aos munícipes, a Arno mudou a sua sede no ano de 1997.

Na área da educação da AR Oeste, foi criado o Colegiado de Diretores das Escolas Municipais, e acompanhada a construção dos novos prédios das Escolas Municipais Salgado Filho e de Ensino Especial Frei Leopoldo. O Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social criou o Fórum da 3ª Idade e realizou vários eventos voltados para a integração e socialização de pessoas dessa faixa etária. No tocante ao transporte, a Aro, em conjunto com os técnicos da BHTRANS, foi reativada a Comissão de Transporte da Região Oeste.

Dentre as principais ações desenvolvidas pela Administração Regional

Pampulha encontram-se as iniciativas de defesa e saneamento da Lagoa da Pampulha, como o Programa Pampulha, o "Pampulha Viva", destinado a mobilizar a população, além de ações conjuntas entre a SLU, Sudacap, Corpo de Bombeiros, Coposa e todos os departamentos da Administração Regional Pampulha. Nas áreas de saúde e educação, foi realizado "Programa Saúde na Escola" e implementado o "Projeto Tatu-Mirim", destinado a contribuir para o atendimento integral das crianças e adolescentes da região. Foram desenvolvidas ações de estímulo à adoção de praças e áreas verdes, tendo totalizado 10 adoções no ano de 1997. Em relação à promoção e participação em eventos, destaca-se, entre outros, o Seminário Regional de Saneamento.

Foram elementos centrais da atuação da ARVN o remodelamento da Central de Atendimento, a mobilização Pró-FIAT em Venda Nova, a reestruturação das Comissões Locais de Saúde, a participação e auxílio ao movimento Culturarte, a criação e realização do Programa de Visita Qualificada aos Bairros, a reorganização da Comforça e da Comissão de Transportes Local, a criação do grupo de áreas de risco e o encaminhamento do OP/98. Na área educacional, é publicado o jornal "Educação em Close", que circula mensalmente nas escolas. Foi revitalizada a Feira da Av. Vilarinho, e encontram-se em processo de reforma e ampliação os Centros de Saúde dos bairros Céu Azul, Rio Branco, Venda Nova e Jardim Europa.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SETOR : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL BARRIOS

R\$ 1.001

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		FUNDO 0 ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRAÇÃO	689.522	662.612	1.352.134	0	1.352.134
42	ENSINO FUNDAMENTAL	22.419.479	2.418.599	24.838.078	0	24.838.078
48	CULTURA	81.148	23.205	104.353	0	104.353
58	URBANISMO	497.439	9.336	506.775	0	506.775
60	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	0	199.658	199.658	0	199.658
70	Saúde	6.159	0	6.159	0	6.159
80	ASSISTÊNCIA	0	2.557	2.557	0	2.557
90	TRANSPORTE URBANO	188.787	0	188.787	0	188.787
TOTAL		23.897.936	2.626.385	26.524.321	0	26.524.321

SETOR : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL CENTRO-CIL

R\$ 1.001

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		FUNDO 0 ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRAÇÃO	629.127	1.676.844	2.305.971	15.196	2.321.167
42	ENSINO FUNDAMENTAL	12.755.548	479.785	13.235.333	0	13.235.333
48	CULTURA	206.492	6.139	212.631	0	212.631
58	URBANISMO	2.578.609	26.437	2.605.046	0	2.605.046
60	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	0	92.089	92.089	0	92.089
70	Saúde	3.617	0	3.617	0	3.617
74	MANUTENÇÃO	0	243	243	0	243
80	ASSISTÊNCIA	0	89.471	89.471	183.733	273.204
90	TRANSPORTE URBANO	196.042	84.729	280.771	2.429.874	2.710.545
TOTAL		16.532.816	2.323.775	18.856.591	2.548.870	21.405.461

PLANO BIENAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SECRETARIA : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NORTE

(R\$ 1,00)

CODIGO	TITULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		FUNDES E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRACAO	663.771	612.076	677.847	766	879.590
42	ENSINO FUNDAMENTAL	16.164.862	1.020.264	17.184.426	0	17.184.426
46	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	0	1.769	1.769	0	1.769
48	CULTURA	123.564	73.828	197.392	0	197.392
58	TRANSPORTE	499.455	8.357	507.761	0	507.761
60	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	0	90.101	90.101	0	90.101
75	SAUDE	8.185	0	8.185	0	8.185
81	ASSISTENCIA	0	1.735	1.735	0	1.735
91	TRANSPORTE URBANO	519.085	0	519.085	0	519.085
TOTAL		17.582.628	1.950.123	19.132.528	766	19.133.272

SECRETARIA : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NORTE

(R\$ 1,00)

CODIGO	TITULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		FUNDES E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRACAO	342.224	493.260	835.187	2.548	838.055
42	ENSINO FUNDAMENTAL	11.797.176	1.028.953	12.825.529	0	12.825.529
48	CULTURA	86.938	35.639	122.438	0	122.438
58	TRANSPORTE	402.315	18.450	420.764	0	420.764
60	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	0	45.236	45.236	0	45.236
75	SAUDE	141	0	141	0	141
81	ASSISTENCIA	0	3.468	3.468	0	3.468
91	TRANSPORTE URBANO	207.861	61.067	268.969	451.352	769.222
TOTAL		12.856.439	1.668.674	14.525.138	451.920	14.977.057

SECRETARIA : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NOROESTE

(R\$ 1,00)

CODIGO	TITULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		FUNDES E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRACAO	577.775	611.987	1.189.763	4.502	1.194.265
42	ENSINO FUNDAMENTAL	22.420.821	1.245.616	23.666.439	0	23.666.439
48	CULTURA	101.378	13.283	114.672	0	114.672
58	TRANSPORTE	515.213	12.902	528.226	0	528.226
60	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	0	20.662	20.662	19.879	36.355
75	SAUDE	8.129	0	8.129	0	8.129
81	ASSISTENCIA	0	9,081	9,081	0	9,081
91	TRANSPORTE URBANO	343.448	4,090	347,739	81,446	431,185
TOTAL		24.086,993	1.927,157	26.104,721	105,767	26.310,505

SECRETARIA : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NOROESTE

(R\$ 1,00)

CODIGO	TITULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		FUNDES E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRACAO	269.295	647.935	1.137.230	6.228	1.143.459
42	ENSINO FUNDAMENTAL	19.673.866	669.645	20.343.571	0	20.343.571
46	EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	0	58,243	58,243	44,683	102,926
48	CULTURA	145.585	20,862	166,468	7,741	174,228
58	TRANSPORTE	452.673	23,385	476,078	0	476,078
60	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	0	84,208	84,208	0	84,208
75	SAUDE	709	0	709	0	709
81	ASSISTENCIA	0	1,157	1,157	0	1,157
91	TRANSPORTE URBANO	274,582	17,468	292,050	0	292,050
TOTAL		20.282,532	1.562,962	22.745,475	58,673	22.804,149

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

ESTRUTURA: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL OESTE (R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PERSONAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRAÇÃO	553.904	30.629	600.568	1.565	607.129
42	ENSINO FUNDAMENTAL	15.957.480	856.296	16.811.692	211.130	17.022.828
48	CULTURA	74.187	26.552	99.742	0	99.742
58	URBANISMO	432.151	39.108	471.210	0	471.210
60	SERVÍCIOS DE UTILIDADE PÚBLICA	0	70.724	70.724	0	70.724
75	SAUDE	8.188	0	8.188	0	8.188
81	ASSISTÊNCIA	0	2.551	2.551	0	2.551
91	TRANSPORTE URBANO	219.362	113.398	332.760	0	332.760
TOTAL		17.261.248	1.086.162	18.651.430	212.695	18.864.126

ESTRUTURA: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NOROCCIDENTAL (R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PERSONAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRAÇÃO	482.331	471.098	953.430	0	953.430
42	ENSINO FUNDAMENTAL	11.589.326	406.856	12.216.182	0	12.216.182
48	CULTURA	81.286	8.200	95.197	0	95.197
58	URBANISMO	459.021	1.345	460.366	0	460.366
60	SERVÍCIOS DE UTILIDADE PÚBLICA	0	208.107	208.107	0	208.107
75	SAUDE	8.135	0	8.135	0	8.135
76	SANEAMENTO	0	229.888	229.888	0	229.888
81	ASSISTÊNCIA	0	10.143	10.143	152.974	163.117
91	TRANSPORTE URBANO	334.556	1.771	346.327	286.087	632.414
TOTAL		13.087.588	1.577.256	14.664.720	439.061	15.103.781

ESTRUTURA: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NOROCCIDENTAL (R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PERSONAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
7	ADMINISTRAÇÃO	525.783	465.846	991.709	1.182	998.892
42	ENSINO FUNDAMENTAL	26.020.957	1.429.070	27.448.027	54.290	27.500.317
48	CULTURA	95.142	11.692	106.839	0	106.839
58	URBANISMO	547.639	2.250	549.879	0	549.879
60	SERVÍCIOS DE UTILIDADE PÚBLICA	0	80.747	80.747	0	80.747
81	ASSISTÊNCIA	0	1.283	1.283	0	1.283
91	TRANSPORTE URBANO	385.544	95.612	481.157	104.000	585.157
TOTAL		27.557.047	2.086.993	29.643.640	149.472	29.807.112

FAZENDA

O presente relatório pretende, de forma sintética, e a partir dos dados provisórios disponíveis até a presente data, fazer uma análise das atividades realizadas no Exercício de 1997, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, bem como do comportamento geral da receita e da despesa do Município.

No tocante à administração tributária exercida pela Secretaria, foram desenvolvidas ações de grande relevância quanto ao lançamento e cobrança de tributos, tais como: acompanhamento sistemático dos 1000 "maiores" contribuintes de ISSQN; incremento das ações fiscais visando a inclusão de contribuintes no regime de estimativa; revisão da situação fiscal de imóveis isentos de IPTU; revisão da metodologia de apuração do padrão de acabamento de imóveis; implantação de código de barras nas guias de arrecadação municipal; intensificação da fiscalização nos cartórios visando apurar eventuais fraudes e sonegação do ITBI; implantação de rotinas de auto-atendimento visando a melhoria do atendimento ao contribuinte nas unidades da SMFA, e simplificação das rotinas de parcelamento de créditos inscritos em Dívida Ativa.

É oportuno salientar a inestimável colaboração da Câmara Municipal de Belo Horizonte quanto a apreciação dos projetos de Lei na área tributária, dotando o Fisco Municipal de eficiente e eficaz instrumental legal, do qual destacamos: Lei n.º 7.165/96, Plano Diretor com Diretrizes de Legislação Tributária; Lei n.º 7.166/96, Lei de Uso e Ocupação do Solo com alteração de conceitos de zoneamento, localização dos usos e considerou área urbana todo o território do Município; Lei n.º 7.242/96, viabilizou a adequação dos valores de m² de terreno em função do Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo; Lei n.º 7.378/97, permitiu o pagamento de créditos vencidos com redução de juros e multa e ampliou o prazo de pagamento de créditos através de parcelamento.

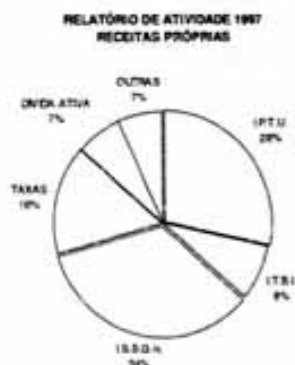
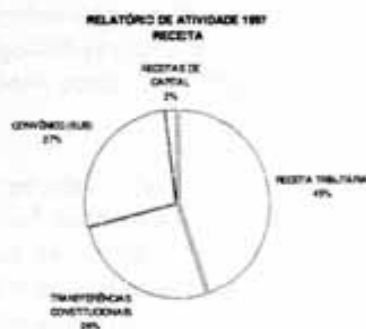
Conforme demonstrativo abaixo, conseguiu-se manter, no exercício de 1997, nos níveis alcançados durante o quadriênio 93/96, a relação da arrecadação dos tributos municipais (próprios) com a receita decorrente das transferências constitucionais, inobstante a tendência de queda dessa última, em virtude das ações do Governo Federal e do Estadual, tais como, "Lei Robin Hood I e II", desoneração das exportações, FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) e outros.

A título exemplificativo demonstraremos a perda de, aproximadamente, R\$17.000.000,00, em 1997, uma vez que o índice do VAF (Valor Adicionado Fiscal), obtido no biênio 1994/1995, pela legislação anterior, era de 11,088% do valor transferido aos municípios em 1997. Entretanto, pelos critérios previstos na "Lei Robin Hood", o Município sofreu a redução de seu índice para 9,912%, acarretando a aludida perda de receita.

[2.v.]

COMPOSIÇÃO DA RECEITA - EXERCÍCIO DE 1997

TÍTULOS	VALORES	COMPOS. PERC.
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTÁRIA		
I.P.T.U.	137.388.506,46	12,71%
I.T.B.I.	39.950.593,58	3,70%
I.S.S.Q.N.	165.730.696,35	15,33%
I.V.V.C.	52.760,16	0,00%
TAXAS	77.680.542,27	7,19%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	0,00%
RECEITA PATRIMONIAL	4.462.394,04	0,41%
RECEITA DE SERVIÇOS	14.807.844,48	1,37%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
TRANSF. INTRAGOV.	20,00	0,00%
TRANSF. INTERGOV.		
TRANSF. UNIÃO		
COTA PARTE F.P.M.	52.212.508,18	4,83%
COTA PARTE FUNDO ESP.	59.171,46	0,01%
TRANSF. I.R.R.F.	24.940.010,19	2,31%
COTA PARTE I.T.R.	4.083,47	0,00%
OUTRAS TRANSF. DA UNIÃO	293.630.169,58	27,16%
TRANSF. DO ESTADO		
PART. RECEITA I.C.M.S.	143.295.555,42	13,26%
PART. RECEITA I.P.V.A	52.163.614,78	4,83%
PART. RECEITA I.P.J. S/EXPORT.	5.672.100,94	0,52%
OUTRAS TRANSF. DO ESTADO	835.205,22	0,08%
TRANSF. INST. PRIVADAS	45.303,46	0,00%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.261.870,68	4,28%
RECEITAS DE CAPITAL	21.710.469,28	2,01%
TOTAL GERAL	1.080.903.420,00	100,00%



Em relação à despesa, o exercício de 1997 foi marcado por uma austeridade política de contenção de gastos. A execução de todos os contratos foi criteriosamente reavaliada e grande parte sofreu a redução de 25% do objeto contratado permitida pela Lei n.º 8.666/93. Foram obedecidos os percentuais mínimos e máximos das despesas com ensino e pessoal, respectivamente, e, ainda, foram priorizadas as ações governamentais relacionadas com a assistência social, educação, saúde, transporte, limpeza pública e abastecimento, sem prejuízo de outras atividades indispensáveis ao Município. Destarte, conforme demonstrado abaixo, houve uma redução relativa das despesas de custeio de 1996 para 1997, que representaram, respectivamente, aproximadamente 35% e 30% da despesa total. Salientamos que esta redução é bastante significativa se considerarmos o aumento vegetativo das despesas de pessoal e, paralelamente, a tendência de crescimento inercial das despesas de custeio.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1997
DESPESAS**

TÍTULOS	1996	%	1997	%
DESPESAS CORRENTES				
DESPESAS DE CUSTEIO	350.154.068,51	34,95%	369.033.447,42	30,10%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	500.323.012,48	49,94%	699.446.119,59	57,04%
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS	14.446.013,40	1,44%	16.872.430,56	1,38%
INVERSÕES FINANCEIRAS	3.924.714,60	0,39%	3.999.999,86	0,33%
TRANSF. DE CAPITAL	133.051.169,14	13,28%	136.853.996,56	11,16%
TOTAL GERAL	1.001.898.978,13	100,00%	1.226.205.993,99	100,00%

Diante do exposto, e considerando a grave crise financeira que atravessa o poder público no Brasil, acarretando, muitas vezes, a suspensão do pagamento de fornecedores e servidores, aliada, até mesmo à demissão de pessoal, avaliamos a Administração Financeira e Tributária do Município como bastante satisfatória, e revestida de moralidade e legalidade, princípios basilares de uma administração ética e proba.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MÍNIMO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PESSOAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
6	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	13.344.520	23.631.187	26.986.628	9.226	26.995.854
T O T A L		13.344.520	23.631.187	26.986.628	9.226	26.995.854

PLANEJAMENTO

A Secretaria Municipal de Planejamento, dentro de suas funções de planejamento e assessoria dos órgãos da PBH, concentrou suas atividades, em 1997, no acompanhamento e assinatura de contratos de financiamento, na publicação de índices de interesse público, na coordenação do Orçamento Participativo, na elaboração de planos setoriais e urbanísticos e na gestão e elaboração orçamentária.

A SMPL acompanhou e assessorou os órgãos da PBH no processo de assinatura e posterior execução dos convênios, contratos e programas. Nos programas Promevida, Somma e Pampulha, o Departamento de Financiamento e Repasses (DFRPL/SMPL) vem trabalhando na montagem dos documentos contábeis e financeiros solicitados pelos agentes financeiros, além de acompanhar visitas técnicas relativas às questões orçamentárias e financeiras da cidade. Quanto ao Prosam - Programa de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça -, a SMPL vem acompanhando sua execução através dos contratos firmados e da inclusão dos novos contratos relativos ao Jardim Botânico e Tratamento Urbanístico do Vale do Arrudas.

Em 1997, foi assinado um aditivo no valor de R\$ 311.700,94 ao contrato Bhtrans-Bhbus/Finep e, dentro do contrato do Projeto Bhtrans-Bhbus/BNDES, foi liberado, em 18/08/97, o valor de R\$ 2.701.439,00. Também neste ano foi realizada a segunda parte do desembolso do Contrato de Financiamento entre a PBH e a Finep para construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico para Confecções, cujo projeto já foi aberto ao público interessado.

Nesse ano, a PBH conseguiu, junto à CEF, aditivar os cinco contratos relativos ao Programa Pro-Moradia, além de concluir o contrato de canalização do Ribeirão Arrudas (jusante). Com relação aos programas do Ministério de Planejamento e Orçamento, nos quais a CEF é o agente operador, a PBH assinou três contratos do Habitar Brasil, um do Pass e um do Pro-Infra.

O DFRPL também acompanhou convênios realizados por diversos órgãos da PBH, entre os quais se destacam: os firmados com o FNDE na área de educação (com destaque para a merenda escolar), os executados pela SMSA com recursos do Ministério da Saúde, os da área social firmados com o Estado/SETASCAD, com Ministério da Prev. e Assist. Social, com o Ministério da Justiça, Sebrae e Unicef. Na área cultural, foram assinados quatro convênios com o Ministério da Cultura/FNC. Em relação a área ambiental, foram assinados dois convênios com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, objetivando a recuperação da Lagoa da Pampulha.

Gerando informações para tomada de decisões, a Secretaria apurou e publicou o Produto Interno Bruto - PIB; o Boletim de Informações Gerais do Município de Belo

Horizonte, e divulgou mensalmente os indicadores econômicos calculados pelo DIEESE, IBGE e IPEAD.

São projetos em andamento: a atualização do Índice de Qualidade de Vida Urbana - IQVU; a realização do 1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte e o desenvolvimento de pesquisas para o Anuário de Informações Municipais de Belo Horizonte.

O Guia do Cidadão e o Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC foram atualizados, disponibilizando informações sobre os serviços prestados pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Foi desenvolvido o Sistema de Acompanhamento de Projetos, destinado ao acompanhamento físico-financeiro das diversas obras aprovadas pelos programas em andamento.

Com relação à gestão orçamentária, a SMPL coordenou a elaboração da proposta orçamentária para 1998, assim como elaborou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e o Plano Plurianual de Ação Governamental para o qual desenvolveu metodologia específica.

A liberação das cotas orçamentárias trimestrais foi orientada por relatórios gerenciais de acompanhamento do gasto público por órgãos, considerando os acréscimos e decréscimos ao longo do período e as diretrizes do Prefeito, formalizadas pela Jucof - Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira, que neste ano foi coordenada pelo Secretário de Planejamento.

O Cadastro de Instrumentos Jurídicos, que visa acompanhar contratos, convênios, acordos e similares firmados pela administração direta e indireta foi aperfeiçoado com a inclusão dos dados da execução financeira do instrumento jurídico

A SMPL, por ser o órgão coordenador do Orçamento Participativo, supervisionou, durante o ano de 1997, a execução dos empreendimentos aprovados nos OP's 94, 95, 96 e 97, buscando a agilização e a qualidade no cumprimento das intervenções aprovadas. Concebido como Orçamento Participativo de transição, o OP/98, realizado em 1997, começou a operar mudanças substanciais para realizar o necessário salto de qualidade que garantirá sua continuidade e consolidação. Coube à SMPL a coordenação da discussão do OP/98, cujo início foi em abril, com a instalação, pelo Prefeito Célio de Castro, da Comissão Municipal do Orçamento Participativo (CMOP). Essa Comissão, composta por representantes das Comissões Regionais de Fiscalização (Comforça) e do Governo Municipal, é encarregada da aprovação de diretrizes e do aperfeiçoamento futuro do OP na cidade. A partir de então, a CMOP, além da qualificação de seus representantes através de cursos e seminários, apreciou a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual de Ação Governamental.

A qualidade do OP/98 estendeu-se às vitórias das obras indicadas para a disputa nos Fóruns Regionais. Foram vitoriosas e orçadas 180 demandas de obras, com custos estimados de forma mais realista, reduzindo a margem de erros

14.v.

historicamente responsável pela extrapolação dos valores aprovados. Os recursos para novos investimento para o OPH e OP Regional perfizeram o total de R\$ 21.211.748,40, dos quais 30% foram para obras de infra-estrutura, 25% para o OPH, 18% para urbanização de vilas, favelas e conjuntos habitacionais, 12% para saúde, 5% para o desenvolvimento social, 4% para educação, 4% para esporte e lazer e 2% para cultura.

A SMPL, através de seu Departamento de Planejamento e Coordenação, foi a responsável pela formulação da metodologia para elaboração do Relatório de Atividades de toda a administração pública municipal, a ser encaminhado para apreciação da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Dentro da atuação de âmbito setorial, a SMPL/DPCPL tem se dedicado à coordenação de Grupos Técnicos de Trabalho, entre os quais cabe destacar o Grupo Técnico de Saneamento, o Grupo Técnico de Trabalho da Criança e do Adolescente e o Grupo de Trabalho do Projeto PACE.

Na área de planejamento urbano, a SMPL/DPCPL vem desenvolvendo metodologias para elaboração de planos diretores de caráter regional e local, de acordo com as recomendações previstas no atual Plano Diretor de Belo Horizonte. Estão sendo levantados e sistematizados os dados para o desenvolvimento do Plano Diretor Regional de Venda Nova. O prazo previsto para a conclusão do Plano Diretor de Venda Nova é o 2º semestre de 1998.

Inclui-se nos projetos em desenvolvimento na SMPL/DPCPL a regulamentação das Áreas de Diretrizes Especiais- ADE's, definidas pelo novo Plano Diretor de Belo Horizonte. A coordenação geral deste trabalho está a cargo do DPCPL e será compartilhada com outros órgãos da administração municipal de acordo com a natureza das ADE's. O início dos trabalhos técnicos foi em fevereiro de 1998.

A tarefa de elaborar um Plano Diretor Metropolitano tem sido desenvolvida pelo DPCPL, desde maio de 1997, em parceria com as prefeituras de Betim, Contagem, Fundação João Pinheiro e com a Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação- Seplan/MG, responsável e coordenadora institucional do Plano. O DPCPL desenvolveu a primeira minuta de proposta de elaboração do Plano Diretor Metropolitano, promovendo o debate e o aprimoramento da proposta inicial. Foram realizadas algumas reuniões setoriais (habitação, transporte e meio ambiente) com objetivo de envolver e definir responsabilidades técnicas e financeiras relativas à elaboração e financiamento do Plano. A previsão para a conclusão da primeira minuta do Plano Diretor Metropolitano é o segundo semestre de 1998.

O DPCPL vem desenvolvendo dois importantes projetos urbanísticos especiais e estratégicos para o município de Belo Horizonte. Trata-se dos projetos da Avenida Antônio Carlos - Século XXI e do Projeto de Continuação da Av. Pedro II. A Av. Antônio Carlos apresenta hoje um quadro de estagnação viária e econômica, e as diretrizes do Plano Diretor recomendam uma intervenções nesse setor (vetor norte) do município. Vem-se buscando o financiamento deste projeto a partir de instrumentos

específicos como as operações urbanas e a contribuição de melhorias, que se encontram em fase final de detalhamento. A previsão de término do projeto básico da Avenida Antônio Carlos é abril de 1998. Quanto à Av. Pedro II, sua continuação visa melhorar o acesso à região noroeste do município, à Pampulha e à região metropolitana e também solucionar o problema social da Vila São José, por meio do reassentamento de sua população. Este projeto vem sendo desenvolvido pelo DPCPL em parceria com a Urbel, Smau e demais órgãos afetos ao projeto.

Afeto ainda a temática urbana, merece destaque a regulamentação e o início dos trabalhos do Conselho Municipal de Política Urbana- Compur, cuja secretaria executiva é de responsabilidade do DPCPL. Foram analisados diversos processos e elaborados vários pareceres temáticos relativos à questão urbana, bem como a regulamentação de legislação prevista no novo Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Com relação à gestão orçamentária, a SMPL foi responsável por sua execução, através de aperfeiçoamento do sistema de determinação de cotas trimestrais, além da elaboração, consolidação e encaminhamento da LDO 98 e do PPAG 98/2001. Foi também aperfeiçoado o cadastro de instrumentos jurídicos, com o objetivo da melhora do acompanhamento dos contratos assinados pela PBH. O DOPL, juntamente com o GSMPL, preparou estudo relativo ao Projeto de Lei Complementar 135, que foi apresentado em seminário promovido pela Assembléia Legislativa. Coube também à SMPL a coordenação da Juncof - Junta de Coordenação Orcamentária e Financeiro.

O trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Planejamento no ano de 1997 revela a determinação e empenho de sua equipe em consolidá-la como órgão estratégico de assessoramento, planejamento e coordenação comprometido com as diretrizes do atual governo municipal e, principalmente, com a melhoria da qualidade de vida e competitividade do município, perspectivas nas quais se inserem o Programa Interno de Qualidade e a emissão dos Relatórios Gerenciais Orçamentários.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PERSONAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
9	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	1.387.509	1.014.654	2.382.143	30.397	2.412.541
TOTAL		1.387.509	1.014.654	2.382.143	30.397	2.412.541

ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração teve como prioridade no 1º ano de gestão o investimento em recursos humanos, com o objetivo de resgatar a importância do papel do servidor público e suas funções, garantindo o pleno exercício da cidadania e a contenção de despesas, criando novos projetos e reformulando os já existentes.

Com relação à política de RH, criaram-se novos conceitos e valores capazes de reformulá-la levando a SMAD a conceber a figura do Gerente Democrático Popular. Foram ministrados cursos com a participação aproximada de 1.300 servidores ocupantes de cargos de gerência.

Ao longo do exercício de 1997, foram criados vetores, a saber; arte e cultura; oportunidades iguais para todos; ensino e pesquisa; esporte e lazer e informática.

Com referência às relações de trabalho, manteve-se como norma o diálogo e a transparência com o servidor, dando início ao pagamento dos valores relativos aos planos de carreira da Educação e Saúde, sendo apresentadas as propostas dos planos de carreira nas áreas de fiscalização tributária, administração geral e atividades jurídicas, com o objetivo de beneficiar 5.600 servidores. Implantou-se o abono seletivo de 9% em média, que beneficiou 19.000 servidores da Administração Direta e concluiu-se a negociação salarial com a Administração Indireta.

Na área de pessoal, foi implantada uma nova folha de pagamento dos servidores, através do Sistema Integrado de Gestão de R.H., trazendo racionalização na elaboração de cálculos, contagem de tempo, férias-prêmio, previsão para quinquênio, ponto eletrônico para folha de pagamento, inclusão na folha de pagamento dos pensionistas, conselhos tutelares e outros.

No que se refere à segurança e medicina do trabalho, buscou-se a elaboração de um banco de dados visando possibilitar melhores estatísticas na abordagem e localização dos diversos problemas dos servidores. As disfonias foram tratadas com acompanhamento fonoaudiológico sistemático por equipe multiprofissional, no caso de profissionais afastados por problema de voz. Foram implantadas comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA) em 05 regionais,

com distribuição de equipamentos de proteção individual - EPI, e inspeção de risco ambiental no local do trabalho, educação e informação aos trabalhadores e aperfeiçoamento da equipe técnica (congressos, cursos, seminários).

Cumprindo as diretrizes estabelecidas pela SMAD, vários projetos foram desenvolvidos, visando a economia global de custos e a modernização da máquina administrativa, destacando-se a qualidade dos serviços e tornando transparente a redução dos custos.

Dentro desta perspectiva, a atual gestão deu ênfase ao projeto de construção do Centro Administrativo Municipal, devido aos enormes dispêndios com aluguéis, condomínios, transportes, vigilância, taxas diversas e outros oriundos da ausência de planejamento para a distribuição de espaço físico. Este projeto já tem concluída a primeira fase.

A área responsável por organização e métodos da PBH elaborou vários projetos, destacando-se a proposta de mobiliário em forma modular denominado "estação de trabalho", a ser implantado no Centro Administrativo, a proposta de sinalização e identidade visual da Administração Direta, a realização do "Primeiro Seminário Metropolitano: uma nova visão de administração pública", a unificação dos cadastros municipais (PBH) e a padronização de procedimentos e sistemas informatizados no que se refere a orçamento, cadastro, licitação e estrutura operacional, a padronização e racionalização de formulários objetivando definir um padrão visual dos documentos oficiais da PBH, e, por fim, a elaboração e implantação da Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos da PBH, em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, definindo o prazo de guarda e destinação dos documentos.

A SMAD criou o Centro Gráfico da PBH, que está habilitado a prestar serviços de superior qualidade a toda a administração, tanto direta quanto indireta, pelo sistema "just in time", eliminando-se a necessidade de estocar material gráfico. Para isso, negociou o espaço físico da Prodabel, aproveitando, também, os recursos humanos alocados em sua velha gráfica, hoje desativada.

O projeto melhorou substancialmente os serviços e acarretou uma economia global de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por ano, além de ter propiciado a devolução do imóvel alugado de terceiros que custava à PBH R\$117.000,00 por ano.

A SMAD realizou ainda um conjunto de ações objetivando assegurar um melhor desempenho, economia e agilidade nos processos licitatórios, cadastrando fornecedores e distribuidores de materiais e

implantando um novo sistema de materiais - "Inform Materiais".

Esforços foram dispendidos pela Secretaria em busca de um sistema de vigilância eletrônica eficaz, que pretende alcançar a melhoria dos serviços e redução de gastos com os atuais contratos de vigilância e portaria na ordem de 50%, representando uma economia de R\$3.600.000,00 anuais, com previsão para implantação em fevereiro próximo.

Realizou-se a substituição da compra de água mineral em galão de 20 litros pela instalação de filtros industriais à base de zeólitos, o que está sendo recomendado para todos os órgãos da PBH, trazendo uma economia somente para a SMAD de R\$ 9.000,00/ano.

Com referência à prestação de serviços de cópias reprográficas, foi realizada uma reformulação na distribuição dos equipamentos, que representou uma redução de 22% em relação ao contrato anterior, perfazendo um total de redução de R\$ 114.000,00 anuais.

Foi ainda renegociado o contrato com a Telemig, reduzindo o custo, por terminal do sistema RVI, de R\$59,40 para R\$40,00 por mês. Como estão instalados atualmente 3.217 ramais, gerou-se uma economia anual líquida de R\$ 816.000,00.

Outra grande preocupação foi a regularização de todas as áreas públicas. Tomou-se como meta proceder ao registro de todas as áreas recepcionadas, e vendo das remanescentes não utilizadas pelo Município, ou fora de sua programação de uso.

Foi criada uma nova política para as necrópoles, buscando-se a reformulação geral no setor de obras e no atendimento ao público (reforma de velórios, canteiros, gramados e outros). Está sendo desenvolvido um projeto visando a melhoria de informação ao público, através de uso intensivo da computação, sem esquecer, também, da parte estrutural e visual.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SETOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
CODIGO	TITULO DO PROGRAMA	FEDERAL E	OUTRAS DESPESAS	TOTAL		
		ENCARGOS	CORRENTES			
7	ADMINISTRACAO	21.767.276	9.219.551	28.986.827	130.534	27.117.598
9	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	284.822	4.184	289.007	0	289.007
60	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	818.531	803.380	1.621.911	0	1.621.911
79	SEGURANCA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALH	721.474	14.000	735.474	0	735.474
80	RELAÇÕES DO TRABALHO	57.044	6.023	63.068	0	63.068
TOTAL		23.652.147	4.047.038	29.739.185	130.534	29.469.949

PRODABEL

Em 1997, a Prodabel desenvolveu um conjunto de ações voltadas para a estabilização das inovações implantadas no período 93/96, visando sua consolidação como instância de coordenação das políticas públicas de informática e informação. Essas ações concentraram-se no campo da gestão dos recursos tecnológicos necessários à modernização institucional e à disseminação e democratização do acesso à informação governamental, observados os marcos de qualidade e segurança. As diretrizes que nortearam as mesmas visaram o aprimoramento tecnológico, a reorganização institucional e a requalificação do trabalho frente à primazia que têm adquirido os processos informacionais.

Das ações voltadas para o aprimoramento do modelo tecnológico, destacam-se a consolidação da Rede Municipal de Informática - RMI, hoje com cerca de 1400 pontos de acesso distribuídos no conjunto dos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, o redimensionamento e a implantação de um novo sistema de gestão e manutenção dos equipamentos da RMI, a implantação de metodologias para a administração e gerência da rede para o desenvolvimento e adequação de sistemas existentes à nova plataforma, a implementação de sistemáticas para o planejamento da evolução e da capacidade da rede com vistas à melhoria da sua performance. Além disso, foram estabelecidos e padronizados os ambientes de desenvolvimento e operacional *intranet/internet*.

No que concerne à consolidação do novo modelo organizacional, foram implantadas mais cinco unidades setoriais respectivamente na Secretaria Municipal de Planejamento, Superintendência de Limpeza Urbana, Beneficência da Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração - DRH/SMAD, totalizando dez unidades descentralizadas, nas quais cerca de 40% do quadro funcional da Prodabel encontra-se trabalhando. Foram constituídas câmaras temáticas e institucionalizado o Grupo Técnico de Normas, consolidando as instâncias normativas responsáveis pela elaboração das normas e padrões para a Rede Municipal de Informática. Entre as normas e padrões desenvolvidos, destacam-se as relativas à utilização do ambiente operacional, ao controle de acesso à RMI e à sua segurança física e lógica.

A empresa deu início à implantação do programa de qualidade, visando a obtenção do certificado ISO-9001, abrangendo o controle de projetos, a instalação, operação e assistência técnica da RMI.

17. v.]
As ações relativas à requalificação do trabalho se desenvolveram com base nos projetos definidos no Planejamento Estratégico de 1997 para o Centro de Desenvolvimento e Estudos da Prodabel- CDE. A constituição do Conselho de Desenvolvimento Institucional e Tecnológico, e a implementação do projeto da revista "Espaço BH", com a edição do número experimental e do primeiro número da série, foram os marcos da institucionalização da função de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro.

Dentro do projeto geral de qualificação e capacitação do pessoal, os profissionais da Prodabel que participaram da 1ª turma do curso de Mestrado em Administração Pública - Sistemas de Informação e Gestão (1995/1997) da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, concluíram suas dissertações; os que participam da 2ª turma (1997/1999) encontram-se com o curso em andamento, e há uma terceira turma, para o período 1998/2000, em processo de seleção. Participam deste projeto tanto funcionários da Prodabel como servidores de outros órgãos da administração municipal envolvidos com a gestão de informação.

Além da consolidação do Centro de Desenvolvimento e Estudos, a instalação do Centro de Capacitação Profissional em Informática Pública - CCP-IP - proporcionou os meios para a implantação dos programas de capacitação e (re)qualificação dos funcionários da empresa e permitiu que se desse início a um amplo processo de capacitação dos servidores municipais envolvidos com as tecnologias de informação, com a implantação, em outubro de 1997, do Vetor Informática em Recursos Humanos em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração DRH/SMAD. Para financiar o Programa de Capacitação e (re)qualificação em Informática Pública, a Prodabel obteve aprovação de financiamento junto ao programa do Finep/Proeduc, estando a liberação dos recursos prevista para o início de 1998.

Com relação aos eixos que orientam as ações da empresa, vale dizer, o eixo da modernização institucional, tendo em vista o aumento da eficiência e da efetividade da gestão governamental no município, e o eixo da democratização do acesso à informação tendo em vista a melhoria das relações entre o Estado e a sociedade e a ampliação do controle social, alguns projetos merecem destaque. Entre os projetos voltados para a modernização institucional, encontram-se a disponibilização de infraestrutura tecnológica para atividades *groupware*, com a normatização do ambiente, a implantação de ferramentas, produtos e serviços para trabalho em grupo nos gabinetes de diversos órgãos municipais, o desenvolvimento de sistema para disponibilização, análise e gerenciamento de informações estratégicas para a PBH e o desenvolvimento do sistema de controle da estrutura administrativa e organizacional da PBH. Alguns sistemas de rotina para uso geral na administração municipal, tais como gestão de recursos humanos e gestão de materiais encontram-se em fase de implantação. Na implementação

de políticas setoriais pode ser destacado o Sistema Cooperado de Saúde, desenvolvido em conjunto com os municípios de Porto Alegre, Recife, Salvador, Betim, Campinas, Diadema e São José dos Campos, voltado para o controle e avaliação dos serviços e do atendimento ao cidadão incluindo, entre outros, os sistemas de controle de marcação de consulta, central de internação e controle de análises laboratoriais. Além disso, postos de atendimento médico foram informatizados e centros de saúde foram integrados à RMI. No setor da educação, destacam-se o sistema para o gerenciamento do Programa Bolsa-Escola, elaborado em cooperação com a Codeplan - Distrito Federal, a gestão do cadastro escolar, a normalização de secretarias escolares e o desenvolvimento de um aplicativo para gestão de transferência de professores da rede municipal de ensino, que se encontra em andamento. No campo da assistência social, vale mencionar a participação da Prodabel na elaboração da metodologia de abordagem do censo da população de rua da cidade de Belo Horizonte. Em 1998, a empresa vai desenvolver o sistema para tratamento das informações levantadas. No setor de transporte e trânsito, destacam-se os sistemas de controle de acidentes de trânsito, de gerenciamento de táxis, de transporte escolar e de transporte coletivo. No que se refere às atividades urbanas, foram elaborados os mapas relativos à nova lei de parcelamento, ocupação e uso do solo, a reestruturação do sistema de licenciamento e concessão de alvarás de localização e construção, o sistema para regularização de áreas e loteamentos e a compatibilização do cadastro técnico municipal com o IPTU.

Entre o conjunto de ações voltadas para a ampliação do controle social, no campo da defesa de direitos, vale mencionar a constituição da rede que deverá integrar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conselhos tutelares e o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, visando agilizar a interlocução entre estes atores sociais nas suas tarefas de elaboração e controle das políticas sociais afins. No eixo da disponibilização e democratização do acesso à informação, dentre os produtos e serviços desenvolvidos, merecem menção a edição do CD-Rom com o conjunto das leis municipais, o Centro de Documentação e Informações Culturais para disponibilizar informações culturais na internet, o lançamento do Projeto da Internet Popular para disponibilizar pontos de acesso público à internet através de organizações de representação popular, a produção de homepages com informações sobre a administração municipal e seus órgãos, destacando-se a página do Procon, não apenas pela sua relevância na defesa de direitos como pelo fato de que a mesma, além da consulta, permite a interlocução com o órgão. Além das páginas institucionais, foram criadas páginas específicas para eventos como as elaboradas para o Fórum das Américas, Fórum Paralelo das Américas e BH100 que permitiram a difusão e a disponibilização de um amplo leque de informações atualizadas sobre a cidade e seus eventos mais importantes.

Considerando-se as competências e atribuições características das prestações de serviços da Beprem para atendimento dos servidores do município e seus dependentes, temos a evidenciar e reconhecer um concreto crescimento tanto no aspecto quantitativo como qualitativo.

Na área administrativa, objetivando o propósito final de atendimento aos servidores municipais e seus dependentes, foi terminada a reforma e ampliação do imóvel que será destinado a abrigar a Clínica dos Servidores, situada à Rua Paraíba nº 890, tendo sido aplicados recursos que perfazem o montante de R\$ 316.000,00 (trezentos e dezesseis mil reais), além de terem sido adquiridos bens móveis e veículos para essa clínica, ao custo total de R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais).

Com o objetivo de arrecadar recursos, que serão revertidos para as áreas de saúde, de pecúlios e pensões e da própria função lazer e esporte, que será oferecida aos servidores municipais e seus dependentes, a Beprem aplicou recursos da ordem de R\$ 6.190.000,00 (seis milhões, cento e noventa mil reais) na construção do Complexo de Lazer e Esporte.

Situado na Fazenda Mangueiras, pertencente a esta Autarquia, foram concluídas diversas obras desse Complexo tais como, piscinas, saunas, vestiários, quadras, área de camping, quiosques, lanchonetes, churrasqueiras, sanitários etc.

Ainda na área administrativa, com o objetivo de melhorar a condição de prestar serviços aos servidores municipais e seus dependentes nos segmentos de saúde, pecúlios e pensões e lazer e esporte, a Beprem, investiu recursos da ordem de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) em informática, tendo sido adquiridos 46 (quarenta e seis) microcomputadores e impressoras de última geração, além da aquisição de programas, implantação da rede de micros integrada com as outras unidades da Administração Municipal e ampliação do atendimento informatizado para todas as seções da Sede e para as unidades do Barreiro, Venda Nova, Clínica de Psicologia, Farmácia e Clínica dos Servidores - Cliserv; também nessa área foi criada a Central de Informática e foram ministrados cursos de formação para 65 (sessenta e cinco) servidores dessa Autarquia.

Considerando a necessária condição de trabalho para prestarmos melhores serviços, foram aplicados recursos de R\$ 37.900,00 (trinta e sete mil e novecentos reais) para aquisição de dois veículos leves de transporte de materiais e passageiros para atender à demanda cotidiana de encaminhamentos de materiais e serviços entre a sede da Beprem e suas unidades administrativas descentralizadas, a saber: Núcleo de Venda Nova, Barreiro, Farmácia, Clínica de Psicologia, Clínica dos Servidores - Cliserv, e Fazenda das Mangueiras.

Na área de cooperação administrativa entre a Beprem e Administração Direta do Município, foi feito um investimento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para aquisição de imóvel situado à Av. Assis Chateaubriand, 429, no qual, atualmente, se localiza a Escola Municipal Paulo Mendes Campos.

Na área de Pecúlios e Pensões da Beprem, a Seção de Benefícios, no final de 1996 e início de 1997, definiu diretrizes para a política de recursos humanos. Destaca-se a realização de seis cursos de informática abrangendo todo universo de funcionários.

A informatização possibilitou o armazenamento de dados inerentes à vida funcional dos ex-associados instituidores das pensões pagas, viabilizando, com isso, não só o cálculo do benefício, como também projeções gráficas e conhecimento do perfil dos beneficiários.

Através da Seção de Benefícios, foram pagos 52 (cinquenta e dois) seguros de vida, totalizando R\$ 341.894,66 (trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Foram pagos 384 (trezentos e oitenta e quatro) auxílios natalidade, totalizando R\$ 9.404,16 (nove mil quatrocentos e quatro reais e dezesseis centavos). Foram pagos 156 (cento e cinquenta e seis) auxílios funeral, totalizando R\$ 3.820,44 (três mil oitocentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos); foram pagos ainda 211 (duzentos e onze) reembolsos de funerais totalizando o valor de R\$ 29.468,59 (vinte e nove mil quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

Finalizando, a Seção de Benefícios atendeu em média 2.000 (duas) mil pessoas por mês.

A área de Serviços de Saúde trabalhou no sentido de otimizar os recursos para a assistência à saúde, objetivando atender um maior

[19-V.]
número de pessoas e montando a estrutura necessária para, em 1998, disponibilizar atendimento imediato para toda a demanda gerada pelo universo de cerca de 87.000 (oitenta e sete mil) usuários no Setor Odontológico, Psicologia e Farmácia e iniciar o atendimento na Clínica do Servidor.

A realização de um planejamento estratégico a partir do projeto político da atual gestão, consolidou uma gestão participativa com importantes resultados.

Na área de saúde mental, a reorganização do trabalho fez com que o atendimento crescesse 78% (setenta e oito por cento) correspondendo a um crescimento de 12,5% nas horas contratadas (pagamento de pessoal); passou a ser instituído o atendimento imediato, acabando com as filas de espera.

O Serviço Odontológico, com o acréscimo de 8% (oito por cento) nas horas contratadas, apresentou crescimento de 22,86% (vinte e dois e oitenta e seis centésimos por cento) no total de atendimentos realizados. Foi feita uma avaliação dos processos de trabalho e custo dos procedimentos, de forma a consolidar bases de negociação com os funcionários. Assim, foi criada a Mesa Permanente de Negociação com essa finalidade para aumento da produção e qualidade dos serviços.

O diagnóstico do Setor de Farmácia, através do Sistema de Informação, revelou um crescente endividamento de servidores, muito acima da capacidade individual de pagamento, em valores da ordem de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Por determinação administrativa e intervenção da equipe de saúde da Cliserv, verificou-se tratar-se de pessoas com doenças crônico-degenerativas, em sua maioria. Através da padronização de medicamentos de menor custo, orientação aos medicamento da rede SUS, e o limite de compras à possibilidade de desconto imediato em folha, está sendo interrompido o aumento deste endividamento sem grandes transtornos às pessoas atendidas.

A CLISERV (Clínica Médico Ambulatorial dos Servidores) recebeu o prédio concluído em maio e sua gerência iniciou estudos para implantação de um "Serviço de Assistência Médica" ao servidor, um "Plano de Saúde". Em novembro iniciou-se o "Serviço de Atenção à Saúde", para controle de doenças crônico-degenerativas. No momento, estão sendo negociadas alternativas de financiamento para este plano.

ATIVIDADES URBANAS

O ano de 1997 foi particularmente significativo para a SMAU, tendo em vista a série de atividades que lhe foram exigidas, face à entrada em vigor da nova Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, em 26/12/96.

A necessidade de se adaptar à nova legislação com a velocidade requerida e o grande aumento do número de projetos e solicitações que deram entrada na SMAU foram um desafio que exigiu um excepcional empenho de todos os funcionários.

Um dos aspectos mais significativos da política municipal foi a definição de se priorizar o cidadão, procurando informá-lo e resgatar para o mesmo, os espaços públicos, conferindo-lhes o necessário grau de adequabilidade, do ponto de vista social.

Nesse sentido, a SMAU se viu empenhada em vários programas e campanhas de esclarecimento ao público em geral e várias ações junto às empresas comerciais, industriais e de serviços. Além disso, o novo Plano Diretor e a nova Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo foram e têm sido objetos de divulgação através da imprensa, de informes diretos e de cursos promovidos e ministrados por técnicos da SMAU.

O crescimento das atividades vinculadas ao comércio informal, seja através de ambulantes, camelôs irregulares, veículos adaptados ao comércio ou não, a utilização dos espaços públicos para veiculação de publicidade feita de modo irregular e até mesmo ilegal, a utilização de passeios e logradouros públicos para exposição de mercadorias e colocação de mesas e cadeiras foram um constante desafio, sempre tratado com seriedade e firmeza, mas também com criatividade.

Durante o exercício passado, foi montado, via SMAU, o "Fórum Permanente das Entidades de Arquitetura, Engenharia e Mercado Imobiliário" (SME, IAB, IMEC, Sinduscon/MG, CMI, ACMinas, Amec, Crea/MG, Senge e Sinaq). Este Fórum objetiva desburocratizar e agilizar os procedimentos de aprovação de projetos junto à PBH/SMAU.

A representação da SMAU em câmaras setoriais, conselhos municipais, grupos de trabalho, comissões internas e externas, simpósios, congressos, palestras e outros eventos foi uma constante durante o ano do centenário da cidade, com destaque para a Conlux - Comissão Nacional de Iluminação Pública; Cai - Comissão de Avaliação Imobiliária; Compur - Conselho Municipal de Política Urbana; Comam - Conselho

Municipal de Meio Ambiente; CMPPD - Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência; CMH - Conselho Municipal de Habitação; CDPCM - Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural do Município; Câmaras Setoriais; GTS - Grupo de Trabalho de Saneamento; GTC - Grupos de Trabalho do Compur; GTAP II - Grupo de Trabalho Av. Pedro II; GTAAC - Grupo de Trabalho Av. Antônio Carlos; Grupo de Trabalho do Plano Diretor de Venda Nova.

A integração entre os vários departamentos da SMAU e entre a SMAU e as nove Administrações Regionais também tem sido objeto de um esforço continuado por parte da secretaria.

A SMAU vem implantando uma nova filosofia para o trabalho de sua equipe, no sentido de melhoria da qualidade e do tempo de resposta às várias solicitações internas à sua administração.

Em decorrência das transformações ocorrida pode-se apontar como resultado uma maior integração e credibilidade junto aos seus departamentos e junto a outras secretarias da PBH e uma melhoria no planejamento, execução e controle financeiro, realização de eventos culturais e de lazer, além de melhorias no aproveitamento dos Recursos Humanos.

A Central de Atendimento registrou um total de 24.957 atendimentos, numa média diária de 103 atendimentos.

A SMAU, através de seu Departamento de Edificações, emitiu cerca de 35.400 documentos relativos à regularização de obras e entrevistas de aprovação de projetos, numa arrecadação total de R\$ 6.695.870,61.

Entre outros serviços prestados pelo Departamento de Licenciamento, foram emitidos aproximadamente 14.750 novos alvarás de localização e de publicidade, perfazendo uma arrecadação de R\$ 900.000,00

No que diz respeito às obras públicas, em 1997 foram executadas 2.573 obras de iluminação pública, com uma arrecadação mensal média, proveniente da Taxa de Iluminação Pública, de R\$ 2.000.000,00, gerando um superávit mensal de cerca de R\$ 1.000.000,00.

Em 1997 houve obras de melhorias da iluminação, nas avenidas Cristiano Machado, Prof. Magalhães Penido, Santa Rosa e Pça. Bagatelle (Aeroporto da Pampulha).

Paralelamente às obras de iluminação, foram emitidos 576 alvarás para obras executadas pelas concessionárias em vias públicas, perfazendo uma arrecadação total de R\$ 123.975,20.

Dentro das atividades de fiscalização, a SMAU, através do seu Departamento de Fiscalização, realizou operações com o objetivo de garantir a desobstrução do espaço público na Av. Raja Gabaglia, Rua Guajajaras e na Av. Américo Vespúcio, num total de 12.903 vistorias. Realizou interdições em bares e restaurantes e outros estabelecimentos comerciais por desrespeito às posturas municipais. Atendeu solicitações do Ministério Público e vistorias de prevenção e combate a incêndio, além da apreensão de 10.542 unidades publicitárias irregulares. Na tentativa de preservação do patrimônio histórico e cultural, foram embargadas e interditadas demolições em dois imóveis tombados e realizada vistoria em um terceiro. Foram realizadas 771 vistorias em situações diversas.

Quanto aos processos de parcelamento do solo, a SMAU aprovou, entre processos de desmembramento, remembramento, modificação de parcelamento e loteamento, um total aproximado de 300 processos, função que se incluiu entre as demais executadas para a regularização de empreendimentos desta categoria.

O Programa "BH Legal", instituído em 1993 para aprovação de bairros e imóveis irregulares, continua em produção, com o resultado de quatro bairros em fase de aprovação e um bairro em estado de reprovação, num total de cinco bairros pesquisados e mais cinco em fase de levantamento topográfico. Foram examinados aproximadamente 400 imóveis buscando regularização, o que perfaz uma arrecadação de 210.627,75 UFIR's.

Dentro do programa "Iniciativa Pública de Qualidade" (IPQ), em que se revisa e padroniza os serviços prestados pela SMAU, foram cumpridas apenas 20% das ações previstas no planejamento proposto.

A dedicação às diversas demandas do GSMAU e Departamentos, não prevista no planejamento do IPQ, somada à mudança da Administração e a natural adaptação, são as razões para o ocorrido. A continuidade do programa é assegurada, por ser considerado como imprescindível para a otimização dos recursos disponíveis e melhoria do atendimento ao público.

PLANO PLURIANUAL DE NÃO GOVERNAMENTAL
MÓDULO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SECRETARIA MUNICIPAL DE ATIVIDADES URBANAS

30/12/97

CÓDIGO	TIPO DE TIPOLOGIA	RECURSOS ORÇAMENTAIS			RECURSOS DE CAPITAL	TOTAL
		RECURSOS DE CAPITAL	RECURSOS DE FUNDO	TOTAL		
14	TRIBUTOS	448.174	2.070.841	448.174	2.967.185	4.482.733
15	SERVIÇOS DE TERCEIROS	0	2.070.841	2.070.841	0	2.070.841
16	COMERCIAL	0	0	0	0	0
TOTAL		448.174	2.070.841	448.174	2.967.185	4.482.733

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em 1997, tendo por objetivo o desenvolvimento econômico da cidade, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) implementou planos, programas e ações setoriais, integrando-os no âmbito de toda a administração municipal, com vistas a ampliar a eficácia das políticas econômicas no campo de geração de oportunidades de trabalho e renda.

A incorporação dos programas da extinta Secretaria Municipal de Assuntos Extraordinários ampliou o leque de atuação da Secretaria, que passou a coordenar o processo de internacionalização da cidade, procurando permutar experiências e estreitar os laços, tanto da Prefeitura quanto dos agentes econômicos e sociais, com parceiros e redes internacionais.

A Comissão Municipal de Emprego, cuja secretaria executiva é de responsabilidade da SMIC, consolidou a proposta de um Plano Municipal de Qualificação Profissional, aglutinando todos os órgãos da PBH que lidam, direto ou indiretamente, com programas de geração de emprego e renda.

Requisito básico para a obtenção dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o plano demanda recursos da ordem de R\$14,4 milhões para atender 77.500 trabalhadores em Belo Horizonte. A Comissão Municipal de Emprego, também gestora do Programa de Emprego e Renda (Proger), atuou de forma decisiva na alocação de recursos para BH. Em 1997, foram realizadas 205 operações de crédito, totalizando R\$2.989.008,30 (R\$ 19.821,68/empréstimo; 712 novos postos de trabalho).

Em dezembro de 1997 foi firmado convênio com o Sebrae, Aedisi e Adm. Reg. Barreiro e Adm. Reg. Noroeste, o Programa de Emprego e Renda (Proger), com o objetivo de realizar o diagnóstico econômico e empresarial dessas regiões e criar uma agência de desenvolvimento econômico local, capaz de mobilizar a comunidade empresarial e os agentes sociais na construção de alternativas econômicas e na geração de emprego e renda.

Em relação ao Sine-BH, houve um crescimento dos níveis de atendimento. Não obstante, ainda é reduzido o número de colocações, indicando deficiências de qualificação profissional do trabalhador.

Nesse aspecto, a SMIC vem priorizando os programas de qualificação do FAT e a criação do Telecurso 2000 nas dependências do

Posto, em negociação com a SMED.

Para aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo setor de bares, restaurantes e lanchonetes, o "BH-TAL" busca orientar e qualificar empresários e trabalhadores, oferecendo-lhes assessorias e treinamentos relacionados à gestão empresarial e mercadológica. Desde o início (maio/97) foram visitados cerca de 2.770 estabelecimentos em diversas regiões da cidade. Nos próximos dois anos, cerca de 6 mil estabelecimentos serão atendidos

Como instrumento de fomento à atividade econômica no município, foi proposta a criação do Banco Popular, cuja finalidade é oferecer micro-crédito desburocratizado e ágil às pequenas e micro-empresas, cooperativas e cidadãos de baixa renda que exerçam atividade produtiva.

Já aprovado pela Câmara Municipal, o Banco prevê a abertura de linha de crédito especial de até R\$500 mil sob responsabilidade da PBH. A Secretaria está discutindo o projeto com instituições como o BID, a Agência Brasileira de Cooperação e o BNDES, em busca de parcerias.

Foram ampliadas e reorganizadas as Câmaras Setoriais existentes (Moda, Construção Civil, Design, Informática e Mobiliário) e criada a da Panificação.

Acompanhado pela Secretaria, o Trade Point ofereceu cursos sobre exportação e linhas de crédito internacional, atendendo cerca de 700 empresas/mês, contribuindo para as exportações de BH e do Estado.

Visando o desenvolvimento tecnológico, foi impulsionado o processo de incubação de novas empresas de software. Acrescida de cinco novos empreendimentos este ano, a Incubadora de Informática atualmente abriga onze empresas.

Em 1997, ainda neste campo, foram concluídas as obras e inauguradas as instalações da Incubadora de Biotecnologia.

A disponibilização de serviços tecnológicos pelo Centro Tecnológico de Confeções (Modatec) completou-se com a realização do primeiro Workshop sobre as tendências da moda. Participaram cerca de 200 confeccionistas, evidenciando a necessidade de atuação do Centro na oferta de serviços e na qualificação profissional de trabalhadores e empresários.

O Núcleo de Abertura de Empresas (NAE) propõe-se a facilitar o processo de registro de empresas. Assim, foram reduzidos os prazos de abertura legal destas de 45 dias (em 1995) para cerca de 12 dias (em 1997). Responsável por cerca de 15% da demanda junto à SMAU e à

[29.V.]
Jucemg em BH, o NAE vem ampliando o atendimento à população, contribuindo para o processo de expansão da atividade econômica da cidade e da geração de emprego e renda.

A Secretaria atuou de forma efetiva nas negociações que possibilitaram a instalação de unidade de veículos comerciais leves da Fiat em Belo Horizonte, intermediando área para sua alocação.

Essa atuação se repetiu quando da implantação do escritório da Vais Alpine na cidade, após visita do Secretário à empresa em Linz, Áustria. As discussões para implantação da Roht Weiss Pharmaceutical estão em andamento

Foram realizadas ações de apoio à atividade econômica, como as feiras "Internacional de Jóias e Gemas" e a "Minas Colection", que poderão ser incorporadas ao calendário da cidade e que visaram contribuir para o desenvolvimento destes setores na cidade.

Foi viabilizado convênio entre a Associação dos Catadores de Papel e as Faculdades Newton Paiva, visando a assessoria econômica na montagem de uma indústria de reciclagem.

A busca de parcerias resultou, ainda, na criação do "Monumento Cívico" comemorativo do Centenário, em conjunto com a Belotur e Petrobrás. Registra-se, também, a retomada das discussões para o financiamento do Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia da Pampulha e repassado o acompanhamento do Programa para a SMMA.

Foi realizado o Seminário "BH 2000", em parceria com a CDL, Fiemg e Usiminas, com a presença de cerca de 200 participante e com palestrantes de renome internacional. Nessa linha, a SMIC assumiu a coordenação do grupo de trabalho de desenvolvimento econômico do Plano Diretor de Venda Nova.

A SMIC participou de reunião do Conselho do Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (Cideu) e da reunião anual do BID em Barcelona (Espanha, março/97), iniciando as primeiras discussões sobre a realização do Planejamento Estratégico de Belo Horizonte, que prosseguiram com seminário de cinco dias em Málaga(Espanha), com a participação da Secretaria Municipal de Planejamento.

Foi realizada (set-out/97) missão institucional e empresarial de BH às cidades de Roma, Bolonha, Milão e Paris, conduzida pelo Secretário da SMIC. Foi instalado o escritório virtual de representação da cidade em Milão, na Itália.

Foram ainda realizados contatos com instituições de pesquisa e de qualificação profissional e também firmado termo de cooperação internacional entre Bolonha e Belo Horizonte, seguido do envio de projetos do município à Bolonha, na perspectiva de captação de recursos, permuta de tecnologia e outros. Foram igualmente proporcionados contatos entre empresários italianos, franceses e belo-horizontinos, visando o intercâmbio de produtos e serviços de interesse da cidade e do Estado.

Quanto à participação em redes de cooperação, Belo Horizonte tem assento no Conselho da Mercocidades e participou das reuniões de Assunção, Córdoba e Montevideu. Participa das unidades temáticas de Planejamento Estratégico (reunião já realizada em Rosário) e de Desenvolvimento Urbano. Prepara-se para atuar nas unidades de Turismo, Cooperação Internacional e Cultura, através dos órgãos próprios.

Na rede URB-AL, dirigida às coletividades locais e territoriais da Europa e América Latina, a PBH apóia Lisboa na coordenação da unidade temática "Políticas Sociais Urbanas" e Barcelona no tema "A Cidade como Promotora de Desenvolvimento Econômico".

A SMIC garantiu apoio e participação na recepção de missões estrangeiras a Belo Horizonte, como a do Prefeito de Montreal, da Prefeita de Ottawa, do Presidente de Portugal (que inaugurou monumento ao centenário na Praça Vaz de Mello), do vice-presidente do Uruguai e de várias delegações empresariais.

Também deu suporte técnico e fez a articulação junto aos diversos órgãos da PBH perante a coordenação das atividades realizadas para o III Encontro das Américas e III Fórum Empresarial das Américas, além de apresentar ao BID sete projetos de interesse da cidade.

Por fim, participa da organização do Seminário "Revitalização Urbana" e reunião preparatória da Expo 2000 na Alemanha.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SETOR 1 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		FEDERAL E ESTADUALS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
61	COMÉRCIO	774,183	704,218	1.478,402	3,276	1.481,678
TOTAL		774,183	704,218	1.478,402	3,276	1.481,678

Belotur - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A - tem, desde o ano de sua criação (1980), uma trajetória de realizações que lhe emprestou reputação positiva, mormente no âmbito de produção e promoção de eventos.

O limiar do 3º milênio, entretanto, aliado ao formidável desenvolvimento do turismo em todo o mundo, como força de vital importância para a economia do país, com a conseqüente competitividade dos milhares de destinos turísticos, exige reflexão sobre a estratégia a ser utilizada para uma mudança fundamental capaz de colocar a Belotur em condições de exercer papel relevante no desenvolvimento do turismo de Belo Horizonte. Esta é a orientação da Administração Célio de Castro.

A realização de seminários internos, palestras e formação de grupos de trabalho resultou na elaboração do Plano Estratégico 1997/2000, no qual se refletem estas mudanças e se aponta para ações realistas, definindo, em primeiro lugar, a missão da Belotur de "promover Belo Horizonte como destino de turismo de lazer, eventos e negócios".

Como destaque da atuação da Belotur, ressaltamos a coordenação das ações e o entrosamento com o *trade* turístico que exerceram papel relevante no processo de concretização da criação do Comtur - Conselho Municipal de Turismo - Lei 7.250, de 14.01.97 e do Belo Horizonte Convention and Visitor's Bureau, instalado em Dezembro/97, duas entidades que envolvem todo o *trade* e se constituirão em importantes forças para a alavancagem do setor em Belo Horizonte.

Na área de promoção turística, que engloba as atividades de informação turística, documentação, marketing e programação visual, assim podem ser sintetizadas suas principais atividades: manutenção dos Postos de Informações Turísticas no Mercado das Flores, Rodoviária, e Aeroporto de Confins (reformulado), além do Alô Belô, serviço de informações turísticas por telefone (101.077 atendimentos); implantação do Posto de Informações Turísticas no Aeroporto da Pampulha; informatização dos Postos e implantação da Intranet; treinamento dos estagiários; apoio a 194 eventos turísticos (feiras, congressos etc), além de 20 ações externas para captação de eventos, e ainda a participação em 4 eventos de promoção da cidade: II Feira Internacional de Turismo de Buenos Aires, Festival de Turismo de Gramado, XXV Congresso da Abav e World Ecotur, no Rio de Janeiro; distribuição de 307.000 peças

promocionais da cidade, entre Guias Turísticos, folders, posters, mapas, sacolas e adesivos.

Outro destaque da atuação da Belotur, integrando uma equipe maior da PBH, foram as comemorações do Centenário da cidade, com uma programação contendo centenas de eventos ocorridos de maio a dezembro/97, tendo a Belotur participado mais intensamente do "III Encontro das Américas", projeto "Arte Encontro BH 100", "III Fórum dos Governantes de Cidades Metropolitanas", "Canadá nas Gerais", "Caminhada do Centenário", execução dos trabalhos relativos à construção do Marco Cívico do Centenário com distribuição de 3.000 Kits do centenário em convênio com a Petrobrás e coordenação da solenidade oficial de comemoração dos 100 anos de BH, com a presença do presidente da República.

Os setores de marketing e programação visual têm importante atuação na Empresa, efetivando em 1997, a reestruturação do guia turístico, reformulação dos anúncios institucionais, ampliação dos anunciantes, criação de peças e campanhas promocionais e recuperação dos mapas turísticos urbanos.

O setor de elaboração de estudos e projetos, em 1997, realizou análises e pesquisas no sentido de concretizar propostas como a de implantação do teleférico da Serra do Curral; realização, em 1998, da I Conferência Cultural das Américas - publicação voltada para investidores em turismo em parceria com o Indi - Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais; desenvolvimento de pesquisa sobre econometria turística, em parceria com a Fundação João Pinheiro, projeto "Programa de Divulgação de Belo Horizonte" em parceria com o BH Conventions and Visitor's Bureau; pesquisa sobre impactos resultantes do turismo de eventos e negócios em Belo Horizonte, além da participação em feiras, congressos, cursos, seminários, comissões e grupos de trabalho.

O setor de eventos da Belotur é o responsável pela operacionalização do calendário oficial de eventos na cidade, que inclui: Carnaval Popular, Semana Santa, Festa do Trabalhador, Festa do Preto Velho, Arraial de Belô, Festa de Iemanjá, Festa da Padroeira, Aniversário da Cidade e Natal, eventos estes que envolveram toda a cidade, com milhares de participantes e público de centenas de milhares de pessoas. Somando-se os dias de sua realização, ocorreram 178 eventos promovidos pela Belotur. Além destes, foram apoiados 249 eventos, oferecendo a Belotur infra-estrutura para sua realização.

Todas estas atividades tiveram ampla divulgação através da atuação do setor de comunicação social, que também manteve a mídia informada

[24-V.]
das ações da Belotur, atendendo ainda a demanda de dados sobre Belo Horizonte.

Internamente, e na linha de sua modernização, foi concluída a primeira fase de informatização da Belotur e a reestruturação dos setores de compras, pessoal, tesouraria, almoxarifado e serviços gerais, proporcionando maior autonomia e condições adequadas de atendimento às demandas da empresa.

Por outro lado, visando a profissionalização crescente em sua atuação, promoveu diversos cursos aos seus funcionários, além de seminários e palestras para maior eficiência de suas atividades.

Como resultado de todas estas ações, aliado à atuação do trade e da imprensa, constatou-se em 1997, segundo dados fornecidos pela ABIH-MG - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira - um crescimento entre 10% e 15% no nível de ocupação dos hotéis de Belo Horizonte, que atingiram um patamar entre 848 e 940 mil hóspedes, bem como houve aumento de 4% na oferta de unidades habitacionais.

Este novo cenário, que se anuncia até o ano 2000, inclui Belo Horizonte em um processo de internacionalização, dadas as suas condições geográficas vantajosas, qualidade metropolitana, potencialidades e vocação.

Assim sendo, procurando participar ativamente do programa de internacionalização de Belo Horizonte proposto pelo Prefeito Célio de Castro, a Belotur, através de sua presidência, se fez representar em dois importantes eventos: a "Missão empresarial de Belo Horizonte a Roma, Bologna, Milão e Paris" e o seminário "Turismo: la indústria del 3er milênio", este na cidade de Santiago/Chile.

Ainda dentro deste programa, participou, através de sua equipe técnica, da II Feira Internacional de Turismo de Buenos Aires.

Estes eventos contaram com a participação de representantes de diversos segmentos da atividade econômica da cidade, e a missão da Belotur foi a de mostrar ao mundo que a localização privilegiada de Belo Horizonte em relação ao País e às Américas, seu clima ameno, sua segurança nas ruas, sua infra-estrutura e equipamentos para a realização de eventos, fazem -na destacar-se como capital brasileira do turismo de negócios e de eventos.

Infra-Estrutura

**Relatório
de Atividades**

SUDECAP

A Sudecap - Superintendência de Desenvolvimento da Capital - em sua condição de empresa de engenharia do município - gerencia o maior volume de investimentos aplicados nas obras de produção da cidade, bem como naquelas concernentes à sua conservação e manutenção.

A atual administração trouxe diretrizes que, além de dar continuidade ao processo de busca da excelência na prestação de serviços, vêm contribuindo na promoção de mudanças administrativas que dão destaque a um tratamento diferenciado para a questão ambiental e para a interlocução entre a autarquia, a mídia, a comunidade e seus representantes.

Para isto foram criados, em 1997, o Grupo Gerencial de Meio Ambiente, a Assessoria de Comunicação e Mobilização Social e ativada a Diretoria de Controle.

A instituição do Grupo Gerencial de Meio Ambiente objetiva promover uma política ambiental, através de discussão ampla e abrangente sobre todos os aspectos que envolvem o meio ambiente, culminando com a incorporação de novos parâmetros de qualidade em toda linha de produção da Sudecap.

A atuação da Assessoria de Comunicação e Mobilização Social, voltada para o estabelecimento de um canal de comunicação interna e externa, já apresenta resultados desejados como o estreitamento da comunicação com a imprensa e a comunidade, minimizando os transtornos causados quando de intervenções no espaço urbano.

A Diretoria de Controle, em fase de estruturação, já está responsável pelo acompanhamento de processos, objetivando o cumprimento das metas pré estabelecidas, atuando também no acompanhamento e controle dos contratos vigentes, e tudo que lhe diz respeito.

Ainda sob a coordenação da Diretoria de Controle está o Grupo Gerencial de Normas e Padrões da Sudecap. O conjunto de Normas Administrativo-Organizacionais elaborado para a Sudecap traduz-se na modernização dos processos e estruturas, na padronização de procedimentos e definição de rotinas, fatores que atuam diretamente na satisfação da população promovendo melhorias no atendimento das carências e demandas da comunidade.

A implantação das Normas Administrativo - Organizacionais traz a ênfase no planejamento, onde, desde a sua concepção até a sua conclusão, há a participação de uma equipe intersetorial. Os resultados têm sido crescentes, pois a integração entre os técnicos das áreas de planejamento, projetos, obras

e manutenção agiliza o processo de desenvolvimento do empreendimento, minimizando problemas, maximizando resultados.

O Plano de Ação da Sudecap para a construção da cidade desenvolveu-se apoiado em três programas básicos: Orçamento Participativo, Programa em Aberto e Obras Emergenciais.

O Orçamento Participativo, programa de participação popular, já sedimentado, no ano de 1997 foi responsável por 42% do volume total de investimentos.

O Programa em Aberto insere todas as prioridades do governo não contempladas em programas específicos, tais como as demandas para efetivação de desapropriações, elaboração de projetos, execução de obras, serviços de manutenção de próprios municipais e do sistema viário. Este programa utilizou 55% dos recursos de investimentos.

Enquadram-se no programa de Obras Emergenciais os serviços e obras de manutenção, tanto em áreas ou situações que apresentam risco iminente à vida e/ou ao patrimônio, quanto em áreas que apresentem sintomas de fragilidade, susceptíveis à ocorrência de emergência de fato. Em 1997 utilizou-se 30% dos investimentos neste programa.

Como instrumentos relevantes para o planejamento das ações e formulação de diretrizes e metas emanadas pela equipe financeira, são elaborados mensalmente relatórios de acompanhamento físico e financeiro dos empreendimentos, dentre os quais se destaca o relatório "Previsão de Desembolso", emitido mensalmente juntamente com a projeção de desembolso nos meses subseqüentes.

A Sudecap, concomitantemente ao desempenho de suas atribuições próprias, presta serviços de apoio à toda PBH, atendendo à demanda por serviços como o fornecimento de informações técnicas, encaminhamento em processos e atendimento a solicitações de serviços (1.843 documentos); respostas a informações técnicas sobre desapropriações futuras e/ou projetos a serem implantados (2.139 atendimentos); avaliações para fins de desapropriação (157 laudos); efetivação de desapropriação (foram efetivados 38 acordos estando 197 processos em curso); processos de remoção Urbel/Proas (20 processos); elaboração de decretos expropriatórios; celebração de convênios; execução de serviços topográficos; elaboração de projetos; montagem de planos de trabalho para a alocação de recursos; elaboração de estimativas de custo e orçamentos; realização de vistorias técnicas e emissão de pareceres.

Na área de manutenção da cidade, as intervenções são executadas, em menor escala, pelas próprias equipes regionais, sendo o maior volume de serviços realizado através de contratos que dão cobertura à toda gama de serviços/obras que a manutenção da cidade requer.

Assim, apresentamos a seguir como foram executadas as atividades de manutenção nos contratos vigentes: contenção e manutenção do sistema de drenagem (R\$ 4.294.509,85); manutenção corretiva de pavimentos-tapa buraco (R\$ 4.741.199,86); recapeamento de vias (R\$ 6.439.393,25); limpeza de bocas de lobo (R\$ 1.184.519,30); manutenção de próprios municipais:(R\$ 622.051,07); locação de equipamentos (R\$ 2.102.548,60); mão de obra terceirizada (R\$ 1.984.903,07)

A política de implantação de um "Sistema de qualidade" na Sudecap vem desenvolvendo programas que promovem a área de recursos humanos, visando a melhoria da produtividade, o desenvolvimento e integração social dos funcionários, o cumprimento das exigências do Ministério do Trabalho no que concerne à segurança e saúde bem como à legislação trabalhista no que diz respeito ao direito dos empregados.

Há de se ressaltar o esforço constante da equipe da Sudecap na tentativa de alocação de recursos diversos ofertados nas esferas estadual, federal e mesmo na iniciativa privada, ora para viabilizar a implantação de obras de grande porte, que dependem valores vultosos, ora para atender à demanda através de parceria de interesse mútuo.

A Sudecap também vem se esforçando em ações voltadas para a formulação de programas e planos entre os quais destacamos o convênio firmado com a Copasa, que representa um salto de qualidade nas obras do sistema viário municipal; o Programa Pampulha, que busca soluções para o saneamento e revitalização da região da lagoa da Pampulha; o Plano Diretor de Drenagem, imprescindível para a identificação da situação atual; o Plano Diretor de Venda Nova, que, como desdobramento do Plano Diretor do município, é o piloto dos planos diretores regionais.

QUADRO RESUMO

QUANTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROJETO E OBRAS POR ADM. REGIONAL

ADM.REG / ATIVIDADES	PROJETOS ELABORADOS		OBRAS CONCLUÍDAS
	EDIFICAÇÃO	INFRA-ESTRUTURA	
BARREIRO	03	15	12
CENTRO SUL	06	07	08
LESTE	14	10	11
NORDESTE	05	07	07
NOROESTE	04	16	12
NORTE	02	13	06
OESTE	06	13	04
PAMPULHA	03	13	03
VENDA NOVA	02	21	09
TOTAL	45	115	72

O principal condutor das ações da BHTRANS tem sido o resgate do planejamento do transporte urbano pelo município, ampliando a abordagem da questão do transporte e incorporando uma visão global da cidade. Vários planos e projetos essenciais estão sendo desenvolvidos, viabilizados pelo apoio da administração municipal e em decorrência de obtenção de financiamentos junto ao Banco Mundial, ao BNDES e à Finep - Financiadora de Estudos e Projetos.

O principal projeto da empresa é o Projeto de Reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo, o BHBUS. Trata-se da concepção de um modelo de transporte coletivo com a introdução de um novo conceito de atendimento e de novas tecnologias de ônibus, além de sistemática de cobrança e política tarifária.

O sistema está baseado na linha do Trem Metropolitano como transporte de alta capacidade e serviços troncais de média capacidade nos corredores de maior demanda, alimentados em estações de integração. Serão mantidas linhas circulares e diametrais e criadas linhas de ligação transversal e perimetral.

A BHTRANS iniciou a implantação do BHBUS com a inauguração, em 21 de junho/97, de sua primeira estação: a Estação Diamante, localizada próxima à Via do Minério, com movimentação diária de cerca de 40 mil passageiros. Inicialmente, 1/3 das linhas do Barreiro foram integradas à estação e 25 mil pessoas foram beneficiadas. Das 25 linhas existentes, dez foram integradas e se transformaram em 17 linhas alimentadoras, duas troncais e duas circulares. Foram criados, também, dois serviços especiais para portadores de deficiência. Com a inauguração da estação Diamante cerca de 120 ônibus/hora deixaram de circular no centro da cidade, no horário de pico.

Com relação à implantação do BHBUS no vetor norte, financiada com recursos do BNDES, em 1997, foi concluído o tratamento preferencial para ônibus na avenida Cristiano Machado. Nesse mesmo ano, iniciou-se o conjunto de intervenções que visam a melhoria do desempenho operacional do corredor da Av. Antônio Carlos.

Um projeto importante, que está diretamente ligado ao BHBUS, é o Plano de Circulação da Área Central - Pace. Este projeto vem sendo debatido dentro de um grupo de âmbito setorial, do qual participam diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, sob a

coordenação conjunta da BHTRANS e SMPL. Seu objetivo é promover a reorganização da circulação de pedestres e veículos na área central, reduzindo o tráfego de passagem, priorizando a circulação do transporte coletivo em relação ao tráfego em geral, garantindo a circulação segura dos pedestres e criando melhores condições ambientais na região, pela redução dos níveis de congestionamento e poluição.

As mudanças no cruzamento das avenidas do Contorno e Getúlio Vargas e Rua do Ouro, em 96, as modificações feitas na Floresta, no cruzamento das ruas Itajubá e Pouso Alegre, no acesso ao Bairro Santo Antônio e o tratamento da Raja Gabaglia, em 97, melhoraram a fluidez do tráfego, comprovando a qualidade do projeto.

Faz parte do Pace o projeto Controle Centralizado de Tráfego em Área - CTA, que prevê a implantação de sistema de controle centralizado de semáforos, de sistema de circuito fechado de televisão para monitoração visual do tráfego e de sistema de painéis de mensagens variáveis para o fornecimento de informações aos usuários. Abrangerá a área central, cobrindo 213 cruzamentos semaforizados, além da implantação de 20 câmeras de televisão e 15 painéis de mensagens. Conta com recursos do Banco Mundial e a licitação internacional, iniciada em 1997, encontra-se em sua fase final, sob responsabilidade da CBTU. A previsão é de que até o final de fevereiro/98 seja conhecido o vencedor da licitação. Após a assinatura do contrato, o prazo para a implantação do sistema é de 16 meses.

Belo Horizonte é a primeira capital do País a licitar todo o sistema de transporte coletivo dentro das normas estabelecidas pela Lei das Concessões, a 8.987/95, e a das Licitações, a 8.666/93. Em 21/08/97, a BHTrans publicou o edital de licitação para contratação, mediante outorga de subconcessão, da execução do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus do município de Belo Horizonte, sob gerenciamento e fiscalização da BHTrans, por um período de dez anos, pela modalidade de concorrência pública, do tipo maior oferta de pagamento. Estão sendo licitados 83 lotes, compreendendo um total de 2.762 ônibus.

Mesmo diante de uma batalha judicial com ações que tentaram impedir a licitação do transporte coletivo, a BHTrans conseguiu, junto com a Procuradoria do Município, cassar todas as liminares e publicar em 6 de dezembro/97, o resultado da fase de habilitação. Todos os lotes receberam propostas feitas por 59 concorrentes. Deste total, 50 foram habilitados. E a expectativa é de que os contratos com as empresas vencedoras já estejam assinados até março/98.

28.v.)
A BHTrans também iniciou em 1997 a licitação para a cessão de uso de espaço publicitário em abrigos do sistema de transporte coletivo de Belo Horizonte. O vencedor será responsável pela execução, instalação e manutenção de 1.500 novos abrigos. A implantação dos abrigos é resultado do projeto de melhoria das condições de conforto dos usuários de ônibus e está inserida no BHBUS.

A partir de sua instalação, os abrigos vão se tornar propriedade pública, tendo a empresa vencedora o direito de explorar o espaço publicitário pelo prazo máximo de oito anos.

A partir de 17 de agosto/97, os ônibus da Região Metropolitana de Belo Horizonte passaram a circular com o embarque pela porta dianteira. A novidade, que já tinha sido testada nos veículos do BHBUS que operam integrados à Estação Diamante, passou a ser definitiva para todo o sistema metropolitano. Foi adotada para combater o prejuízo com os usuários que desciam pela porta de trás sem pagar passagem e aumentar a segurança das pessoas - diminuindo o risco de atropelamentos e acidentes no momento de desembarque. Pesquisas realizadas em abril e outubro/97 indicaram recuperação de receita (um milhão de reais/mês) que, aliada a acertos na planilha tarifária, possibilitará menor reajuste tarifário.

A BHTrans modifica itinerários, pontos de parada, pontos finais de linhas e quadro de horários com o principal objetivo de melhorar o nível de serviço das linhas, a partir, principalmente, de solicitações de comunidade (Comissões Regionais, associações de bairro, cidadãos, vereadores e outras autoridades). As alterações são realizadas visando causar o menor aumento de frota e de custos possíveis. Em 1997, foram realizadas 84 alterações de itinerário, 22 criação ou desmembramento de linha e 207 alterações de quadro de horários.

A BHTrans instalou, em agosto/97, na Estação Diamante, o primeiro elevador destinado ao embarque e desembarque de passageiros com deficiência física nos ônibus da capital. Esse elevador para deficientes é único no Brasil. Os deficientes físicos do Barreiro também passaram a contar com dois ônibus com elevadores para transportá-los de seus bairros até a Estação Diamante ou, no caso das crianças, de suas casas até a porta da escola.

O Prefeito criou, em janeiro/97, o Conselho Fiscal da Câmara de Compensação Tarifária - CCT - para dar continuidade à linha de transparência que acompanha os reajustes de tarifas. O Conselho tem 11 membros e é formada por representantes dos seguintes órgãos ou entidades: BHTRANS, Auditoria do Município, Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, Setransp, Sindicato dos Trabalhadores do setor,

Associação dos Usuários, Câmara Municipal, Sinduscon, CDL, SME, Ipead/UFMG. Em 97, foram realizadas 19 reuniões do Conselho Fiscal.

A BHTrans retomou no dia 1º de maio/97, a emissão de novos Cartões Metropolitanos de Transporte - CMT, que garantem a gratuidade de transporte coletivo aos portadores de deficiência com benefício temporário, matriculados em escolas de ensino especializado ou clínicas de atendimento psicológico. A emissão do Cartão Metropolitano estava suspensa desde novembro/96 para uma revisão no processo. Além disso, uma comissão indicada pelo Prefeito, composta de representantes das secretarias municipais de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação, Gabinete do Prefeito e BHTrans estão analisando os critérios de concessão do Cartão.

Em convênio entre a BHTrans e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte em Minas Gerais (Senat), têm sido realizados cursos de capacitação para os operadores do transporte coletivo municipal (motoristas, cobradores e despachantes) e para os taxistas, abrangendo direção defensiva e econômica, primeiros socorros, atendimento ao público e regulamento do serviço.

Em 1997, foram treinados 2.227 operadores e 2.856 taxistas. Desde o início do convênio, em 95, 32% dos operadores de transporte coletivo e 58% dos taxistas já passaram pelos cursos de capacitação.

Quanto à prestação do serviço de táxi, a BHTrans entregou ao longo de 97, 422 placas de táxi para Belo Horizonte e Contagem, 20 deias reservadas para portadores de deficiência física, de acordo com classificação obtida na concorrência pública realizada em 1995. Com relação ao transporte escolar, que também passou por concorrência pública, no início de 1997, visando construir e solidificar sua imagem de um meio seguro e confortável - contando com frota moderna e mão-de-obra qualificada - a BHTrans realizou ampla campanha institucional, como estratégia inclusive para melhorar o trânsito da cidade.

Ao longo de 97, a BHTrans fez inúmeras intervenções no sistema viário, para melhorar as condições de segurança e fluidez do tráfego de veículos e pedestres. Foram implantados projetos de sinalização, adequação geométrica e recuperação das vias em todas as regiões da cidade, num total de 69.416 m² de sinalização horizontal, que corresponde a cerca de 160 quilômetros, 10.962 placas e 1.751 projetos operacionais. Foram semaforizadas 26 interseções. A cidade conta com 407 interseções semaforizadas. Algumas dessas intervenções foram feitas em parceria com outras entidades como a Telemig e a UFMG. Também, em parceria com a UFMG, foi alterada a programação semaforica de 32 interseções, de um total previsto de 203.

99.v.] A BHTrans participou ativamente do processo de elaboração e tramitação do novo Código de Trânsito Brasileiro no Congresso Nacional. Iniciou, também, as negociações com o Governo do Estado para a celebração de convênios dentro do cenário do novo Código.

Com o objetivo de ampliar a participação popular nas ações da BHTrans, foi criada a Jornada Participativa de Transporte e Trânsito, com a reestruturação e renovação das Comissões Regionais de Transportes, a discussão de projetos estratégicos e o estabelecimento de prioridades da empresa, de acordo com as demandas da comunidade.

Em 1997, foram realizados seminários nas Administrações Regionais para discussão do BHBUS/PACE e demandas específicas de cada região, além de renovar a composição das comissões, reunindo cerca de 1.000 cidadãos. A Jornada Participativa é um projeto piloto para a realização do Orçamento Participativo Setorial de Transportes, conforme projeto da SMPL.

As campanhas educativas fazem parte do calendário anual da BHTrans, objetivando divulgar conceitos básicos de segurança e educação de trânsito. Foram realizadas, em 1997, as Campanhas "Aqui Dá Pé", destinada a orientar os pedestres para uma travessia segura; "Volta às Aulas", abordando questões de segurança e de comportamento adequado de pais, responsáveis e estudantes para o bom andamento do trânsito em áreas escolares; "Campanha Educativa para o Carnaval", chamando a atenção da sociedade para a questão do uso de bebidas alcóolicas e a direção de veículos; "Horizontino", com uso de um boneco inflável de seis metros de altura, com os dizeres: reduza a velocidade e respeite a sinalização; "Assento preferencial", conscientização dos usuários de ônibus para o respeito às cadeiras reservadas às pessoas com mobilidade reduzida; "Quebrar Ônibus É Gol Contra", visando a redução do índice de depredações de ônibus em jogos de futebol no Mineirão; "Transitando Legal", que ensina crianças a utilizarem travessias com segurança e agirem como pedestres responsáveis.

A BHTrans, juntamente com a São Paulo Transportes (SPTTrans), foi apontada pela Associação de Transportes Públicos (ANTP) como vencedora na categoria "órgãos gestores" do Prêmio ANTP de Qualidade, divulgado no 11º Congresso Nacional de Transportes Públicos, realizado no período de 4 a 8 de agosto de 1997, em Belo Horizonte, e que reuniu mais de mil autoridades e especialistas do setor.

LIMPEZA URBANA

O gerenciamento de resíduos sólidos adotado na Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte baseia-se nos seguintes módulos: Consistência Tecnológica, Qualificação do Trabalhador, Cidadania e Participação Social.

A Consistência Tecnológica traduz-se no manejo diferenciado e no tratamento descentralizado dos resíduos. A Qualificação do Trabalhador consiste no reconhecimento da importância do trabalho de limpeza urbana e na busca do resgate da auto-estima e da maior qualificação dos trabalhadores direta e indiretamente responsáveis pelos serviços. O módulo Cidadania e Participação Social, apoiado principalmente nos trabalhos de mobilização e comunicação social, objetiva educar e conscientizar a população para mudança de hábitos na geração de resíduos, colocando o poder público como agente articulador de soluções integradas e buscando a viabilização de parcerias com diversos setores da sociedade.

No sentido de dar continuidade à sua política de gestão de resíduos, a SLU desenvolveu em 1997 algumas ações necessárias ao atendimento das demandas levantadas nas macrometas da proposta orçamentária/97.

As ações do módulo Consistência Tecnológica objetivaram garantir o manejo adequado dos resíduos gerados no município que, no ano de 1997, totalizaram 1.338.319,04 toneladas, conforme quadro demonstrativo apresentado no Anexo A. Foram realizadas a manutenção e a melhoria das instalações físicas de suporte às atividades da SLU, sendo, em 1997, reformadas 4 (quatro) sedes de Divisão de Limpeza Pública (Norte, Noroeste, Oeste e Nordeste), fiscalizadas e acompanhadas as obras de construção da sede da Divisão de Limpeza Pública Venda Nova e do ponto de apoio à varrição do viaduto Santa Tereza. Foram também reformadas 6 (seis) sedes de apoio à varrição e efetivamente disponibilizados aos garis 92 (noventa e dois) micropontos de apoio à varrição. Para garantir maior agilidade e qualidade nos serviços de manutenção da frota de veículos coletores de lixo, foi instalada caixa d'água exclusiva e reformado o cômodo de lavagem de peças no Departamento de Transportes.

Para complementação dos estudos de impactos ambientais, referentes à implantação do complexo de tratamento de resíduos de Capitão Eduardo, foi elaborado um estudo de percepção ambiental, que atualmente encontra-se em análise pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

As atividades do cadastro técnico têm como objetivo subsidiar o planejamento e a implantação dos diversos serviços da SLU. Durante o ano de 1997, foram cadastrados 184 distritos de coleta domiciliar e comercial,

160 grandes estabelecimentos geradores de resíduos, 18 itinerários de coleta de resíduos em vilas e favelas entre outras atividades.

Foram também replanejados os roteiros de coleta de duas Divisões de Limpeza Pública, Oeste e Norte, e de parte das Divisões Venda Nova, Sul e Noroeste. Além disso, concluiu-se o replanejamento da coleta em vilas e favelas da Divisão Oeste e foram planejados os roteiros das coletas seletivas. Também foram planejados os itinerários de varrição das Divisões de Limpeza Pública Norte, Venda Nova e de parte das Divisões Barreiro e Noroeste. Por outro lado, a falta de pessoal operacional viabilizou a implantação de novos itinerários de varrição a apenas quatro turmas da Divisão Nordeste. Para apoio às atividades de capina e roçada, foram adquiridas 21 roçadeiras mecânicas.

Para melhoria das condições operacionais no Complexo de Tratamento da BR-040, foram feitas as seguintes intervenções: reforço do cinturão verde, com o plantio de 4.000 espécies arbustivas de grande porte; pavimentação com macadame hidráulico de 70% das vias internas do Aterro Sanitário; reforma de uma das balanças e implantação de sistema portátil de rádio-comunicação. O conjunto de intervenções técnicas e operacionais no Aterro da BR-040 possibilitou a obtenção do licenciamento de operação junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam, no mês de setembro.

Também no Complexo de Tratamento de resíduos sólidos da BR-040 deu-se início à operação da primeira célula com o emprego da tecnologia de aterramento celular. Foram construídos dois poços de captação de líquidos percolados (chorume) para tratamento e reinoculação nas células. Foram feitas reformas para readequação do fluxo hidráulico nas estações de tratamento e instalada caixa d'água de 15.000 litros para atendimento à demanda do Departamento de Destinação Final do Lixo.

Em complementação às atividades do Projeto de Reciclagem de Entulho, foi construída fábrica de artefatos, tendo sido adquirido um equipamento para confecção de artefatos para construção civil utilizando entulho reciclado. Nas estações do Estoril e Pampulha houve incremento de 46% na recepção de entulho para reciclagem. Em 1997, a SLU obteve 36.577 toneladas de entulho reciclado cuja maior parte foi utilizada pela Sudcap e Urbel.

No Projeto de Compostagem, foi ampliado o atendimento com coleta diferenciada para mais seis estabelecimentos de grande porte, com uma geração total de 1.466 t/ano, sendo agregado a esse resíduo orgânico o produto da poda da arborização pública, possibilitando a produção de 2.576 t/ano de composto que vem sendo utilizado pela própria SLU, SMAB, SMMA, algumas creches e escolas. Além disso, foi adquirido mais um equipamento triturador de galhos para utilização do material proveniente de poda na produção do composto.

Nas atividades de Qualificação do Trabalhador, em 1997, foram contabilizadas 5.304 participações de servidores da SLU em cursos e eventos internos e externos. No período de outubro e novembro do mesmo ano, foi realizado o segundo módulo do Programa de Desenvolvimento Gerencial da SLU, iniciado em 1996, com carga horária de 16 horas. O conteúdo desse módulo enfoca a influência da personalidade no desenvolvimento gerencial; percepção; gerência e emoção. Em agosto de 1997, iniciou-se o curso interno "Técnicas de Apresentação Pública", objetivando propiciar o conhecimento de técnicas que facilitem o processo de comunicação em cursos, palestras e exposições de modo geral. Até a presente data já participaram desse curso 60 servidores.

O Programa "Reunindo idéias", destinado a repassar aos demais servidores as informações provenientes da participação em eventos externos e a divulgar temas de interesse geral, foi realizado oito vezes em 1997. Já o projeto de Alfabetização de Adultos viabilizou a 58 servidores a conclusão da quarta série do primeiro grau. Também, por intermédio desse projeto, foi implantado em maio de 1997 o programa "Telecurso 2000" para os alunos que já concluíram a 4ª série do ensino fundamental; foram matriculados 60 alunos nas turmas do TC 2000.

Através da Lei 7.237, de 30/12/96 os servidores da SLU conquistaram o benefício do quinquênio, que passou a ser pago a partir de fevereiro/97.

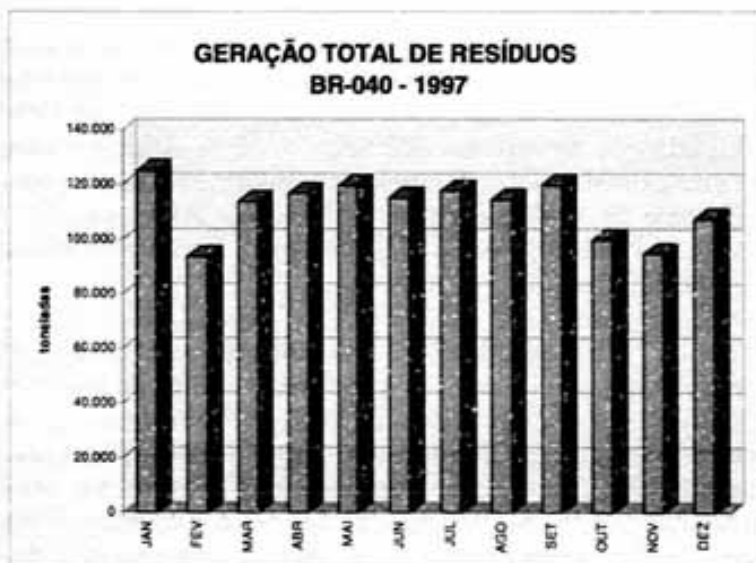
No âmbito do módulo Cidadania e Participação Social, as ações desenvolvidas em 1997 consubstanciaram-se nos programas, projetos e atividades das Assessorias de Mobilização Social - AMS e Comunicação Social - ACS. As ações da AMS foram orientadas de acordo com a política da Frente BH Novo Século, visando a continuidade e a consolidação do modelo já implantado. Assim sendo, o calendário de eventos e as atividades para 1997 foram elaborados no sentido de: reforçar os trabalhos de mobilização junto à população em geral; garantir a manutenção e a expansão da Coleta Seletiva; consolidar as atividades de Educação Ambiental em escolas e desenvolver os trabalhos de mobilização social de apoio às inovações tecnológicas. Essas ações estão quantificadas no Anexo B. Nas atividades desenvolvidas pela ACS, merece enfoque especial a "Campanha BH 100 Lixo - Capital do Século Mais Limpa", que envolveu ações operacionais, de mobilização e de comunicação. Na busca de sensibilização dos munícipes para as questões relacionadas com a limpeza urbana, essa campanha recebeu maciça cobertura da imprensa, tendo sido publicadas 71 matérias em jornais impressos, veiculadas 56 na televisão e 41 em rádios, o que garantiu sua ampla divulgação junto aos belo-horizontinos.

Dando continuidade ao programa de comunicação interna, foram editadas 21 números da publicação "Tá Limpo", 4 da "Reciclando Idéias", 11 da "Fotonotícia" e realizados 11 programas "TV Gari". Na tocante à comunicação externa, em apoio ao programa de implantação da coleta

seletiva em escolas, foram publicadas quatro edições do "Informativo Eco-Escola".

No Centro de Memória e Pesquisa Rosalina de Paula Barroso - CEMP, foram realizados 4.317 atendimentos a consultas e pesquisas, catalogados 395 novos títulos na biblioteca, o que hoje totaliza 1.995 títulos. Também foram incorporadas ao acervo fotográfico 4.897 novas fotos (o acervo atual é de 16.097 fotos) e reproduzidas 360 fitas da videoteca.

Anexo A



GERAÇÃO ANUAL DE RESÍDUOS POR TIPO - 1997

PROCEDÊNCIA DO RESÍDUO	Quantidade t/ano	Varição Anual 96/97
Coleta Domiciliar e Comercial	446.785,47	13%
Coleta Domiciliar em Vilas, Favelas e Conjuntos Habitacionais de Baixa Renda	27.513,24	43%
Coleta Domiciliar Recolhida por Caçamba	29.315,62	-10%
Coleta de Unidade de Saúde	10.596,74	15%
Coleta Seletiva de Feiras e Sacolões	1.465,77	82%
Coleta Seletiva de Papel, Metal e Plástico	348,52	(*)
Coleta Seletiva de Vidro	973,63	-3%
Particulares (Transporte Próprio)	35.552,06	38%
Construção Civil - Aterro Sanitário (Entulho + Terra)	500.024,00	-33%
Estação de Reciclagem de Entulho - Estoril	24.739,00	6%
Estação de Reciclagem de Entulho - Pampulha	13.641,00	(**) 7.740
Público (Varrição, Capina, Roçada, Raspagem)	247.363,99	3%
TOTAL	1.338.319,04	-10%

(*) apuração a partir de janeiro/97

(**) A Usina de Reciclagem de Entulho da Pampulha começou a operar em dezembro/96, apresentando uma reduzida geração desse resíduo.

Anexo B

ESTATÍSTICA DAS INTERVENÇÕES AMS/ACS - 1997

BH MAIS LIMPA: MOBILIZAÇÃO NAS ÁREAS CENTRAIS, PONTO VERDE E VILAS E FAVELAS			
Pool (conjunto de intervenções realizadas, junto ao comércio, transporte e principais corredores)			56
Lista limpa/Lista suja			2
Feiras			10
Ações integradas			32
Limpeza de monumentos			8
Material educativo distribuído	136.000	Pessoas atingidas	136.000
Ponto verde			4
Via limpa			5
Ponto limpo			74
Mobilização em Vilas e Favelas			20
Implantação de Coleta Porta a Porta em Vilas			3
Retirada de caçambas estacionárias em Vilas			13
Encontro sobre Educação Para Limpeza em Vilas e Favelas: Nº de Vilas e Favelas Participantes			28
BH RECICLANDO: COLETA SELETIVA EXTERNA, INTERNA, CATADORES E TÉCNICO OPERACIONAL			
Instalação de Mega LEV			1
Implantação de LEVs			13
Realimentação de LEVs (campanhas para utilização adequada e maior produção)			10
Instalação de Contêineres de: vidro (10), papel (09), metal (08), plástico (07)			34
Implantação e Treinamento em Empresas			81
Realimentação das Unidades da SLU (Coleta Seletiva Interna)			13
Equipamentos instalados (total)			153
Produção da Coleta Seletiva 1997 em toneladas			4.075,00
Apresentação de trabalhos em Congressos e Seminários			04
PROJETOS ESPECIAIS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E APOIO ÀS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS			
Escolas públicas existentes: 465			26
Treinadas			68
Retreinadas			160
Visitadas			
Escolas particulares existentes: 215			15
Treinadas			13
Retreinadas			12
Visitadas			
Outras entidades			47
Treinadas			14
Retreinadas			26
Mobilizações de apoio à inovações tecnológicas e valorização do servidor			2.000
Impressão de cartilhas em parceria com Universidade Solidária			45
Oficinas de Papel Reciclado oferecidas a agentes multiplicadores de escolas e comunidade			
Finalização do Inquérito Sorológico de Doença de Chagas junto aos servidores da SLU em parceria com Ambulatório do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (nº de exames)			156

[32-V.]

Neste primeiro ano da gestão Célio de Castro, a Urbel - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - definiu-se pela continuidade da Política Habitacional traçada pelo Conselho Municipal de Habitação, dentro do Sistema Municipal de Habitação, cujos principais eixos são: intervenções em assentamento existentes e novas moradias.

Estão sendo desenvolvidos os programas de Áreas de Risco, Autogestão, Alvorada, Orçamento Participativo, Orçamento Participativo da Habitação, Habitar Brasil, Programa de Reassentamento de Obras Públicas e Pró-Moradia, e encontram-se em fase de planejamento novas modalidades de atendimento, tais como Programa de Crédito Associativo e Pedro II. A Urbel também participa dos grupos de estudos para a elaboração do Plano Diretor Regional de Venda Nova, iniciado em 1997, e do Plano Metropolitano, nas áreas de infra-estrutura, regularização fundiária e habitação.

Através do Programa Estrutural em Área de Risco, foram concluídas 29 obras e encontram-se em andamento mais 23, distribuídas em todas as regiões de Belo Horizonte, beneficiando, aproximadamente, 2.000 famílias.

Preparou-se, também, uma campanha educativa com cartazes e outros materiais para distribuir junto à população, com o objetivo de minimizar os efeitos da chuva e conscientizar sobre as situações de risco.

A ênfase da Urbel neste ano voltou-se para a captação de recursos visando atender às necessidades de investimento nas áreas de risco.

Estão sendo beneficiadas as famílias vítimas de chuvas, que vivem em áreas de risco e acampadas, por exemplo, na construção de três conjuntos habitacionais: Serra Verde, Ziláh Spósito, Granja de Freitas e no Lagoa 2-Diamante, totalizando 348 moradias.

Também foram iniciadas intervenções estruturais em três vilas: Vila Senhor dos Passos, Vila Apolônia e Vila Ventosa, beneficiando cerca de 4.375 famílias, por meio do Programa Alvorada, que representa uma concepção avançada de tratar o espaço urbano informal, substituindo as intervenções pontuais pelas de caráter estrutural. Este se integrou à nova estrutura da Urbel, garantido assim a continuidade do programa.

Cabe dizer que a política habitacional do município atende demandas coletivas, para um público de zero a três salários mínimos, expressas pelos movimentos populares no Orçamento Participativo-OP- e no Orçamento Participativo da Habitação-OPH. O primeiro responde por regularizações fundiárias e obras

em vilas e favelas e o segundo, atende aos movimentos dos Sem- Casa da cidade em sua reivindicação por moradia.

A Urbel promoveu 35 empreendimentos em 1997 pelo Programa Orçamento Participativo, atendendo à população de 33 vilas, tendo sido iniciadas 12 obras e concluídas 11 até dezembro de 97.

Merece destaque a introdução, no OP 98, da obrigatoriedade, para essas áreas, de um plano global, como instrumento privilegiado de planejamento que orientará as intervenções nas zonas de especial interesse.

O Programa Orçamento Participativo da Habitação integra o Movimento dos Sem-Casa nas decisões para alocação dos recursos de investimentos destinados às intervenções em moradia popular. Foram realizadas obras de urbanização nos Conjuntos Pongelue, Tirol, Dom Silvério, Havai, Vista Alegre, Visconde do Rio Branco e Bairro Logoa, compreendendo o atendimento a 2.145 famílias.

Através do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais e Lotes Urbanizados por Autogestão, foram iniciados em 1997 04 Conjuntos, a saber: Pongelue, Dom Silvério, Havai e Visconde do Rio Branco, dando atendimento a 237 famílias.

O Programa Habitar Brasil, desenvolvido com recursos do Orçamento Geral da União, do Estado e do Município, visa apoiar o poder público na melhoria das condições de habitabilidade da população com renda familiar de até três salários mínimos e que estejam vivendo em áreas degradadas, insalubres e impróprias à moradia, por meio de ações integradas de habitação, saneamento e apoio ao desenvolvimento comunitário. A participação da Urbel neste programa está permitindo a construção do Conjunto Serra Verde, de 65 unidades habitacionais, em fase de conclusão, enquanto o Conjunto Granja de Freitas, de 85 unidades, recebeu a Ordem de Serviço para o início das obras e o Conjunto Diamante, com 76 unidades, está em fase de licitação. Os três conjuntos atendem a 226 famílias.

O Programa de Reassentamento de Obras Públicas cuida da remoção de famílias que vivem em áreas destinadas à implantação de obras a serem executadas pela Administração Pública Municipal, através do reassentamento monitorado ou de indenizações. Foram obtidos os seguintes resultados: 17 áreas trabalhadas e um total de 112 famílias atendidas em sete regionais.

O Programa Pró-Moradia, desenvolvido com recursos do FGTS, em forma de financiamento à PBH, visa proporcionar melhoria de qualidade de vida às famílias que estão morando em áreas insalubres, degradadas e impróprias para a moradia. Foi concluído, neste ano, o Conjunto da Pedreira Prado Lopes e estão em andamento os Conjuntos Taquaril, Zilah Spósito, Urucua e Vila Senhor dos Passos, atingindo o atendimento a 1.027 famílias.

33.V.]
A Urbel negociou, junto à Caixa Econômica Federal, sua participação no Programa Crédito Associativo, realizado com recursos do FGTS, credenciando-se como Cohab. Este visa atender parte da demanda habitacional existente, através de uma política de financiamento direto, por intermédio da liberação de uma Carta de Crédito. Prevê-se o atendimento de cinco núcleos, enquanto pilotos, formados por Núcleos de "Sem Casa", a saber: Kolping, Ipiranga, Unidos Venceremos, Vista Alegre e Minas Caixa "B", totalizando 970 famílias. Planeja-se estendê-lo para o funcionalismo público municipal.

Também foi criado o Programa Pedro II. Este visa a remoção e o reassentamento de cerca de 2.000 famílias que vivem na Vila São José, para permitir o prolongamento da Avenida Pedro II. Para tanto, será necessário viabilizar convênios e parcerias com outras esferas de governo e até instituições estrangeiras, no sentido de levantar os recursos necessários. Por enquanto este Programa encontra-se em fase de planejamento e captação de recursos.

Deve-se ressaltar a implantação da nova estrutura Urbel como um passo que tem permitido à empresa reestruturar-se, contratar pessoal próprio e de boa qualificação. Em dezembro de 1996 havia 148 empregados terceirizados e até o mês de outubro de 1997, apenas 84. A convocação de 50 funcionários concursados contribuiu para melhorar o nível técnico do quadro permanente da empresa, cuja participação de profissionais de curso superior encontra-se em 73,05% do total dos funcionários.

Analisadas as contas, de acordo com os Relatórios de Contabilidade do FMHP e da Urbel, cabe ressaltar, do lado das Receitas, a dependência das transferências de recursos do tesouro municipal e, do lado da Despesa, o fato de se ter o realizado aquém dos números planejados.

A PBH é responsável por 87% das Receitas do FMHP, o Governo Federal por 12% , enquanto a participação do Estado representou apenas 1% do total dos recursos alocados à habitação municipal. Isso coloca em pauta a necessidade de abrir a instituição ao diálogo com seus possíveis parceiros, notadamente, diante da necessidade de encontrar e formar solidariedades, com ênfase na captação de recursos, buscando, com criatividade, prover o Fundo Municipal de Habitação. Por outro lado, buscar novas parcerias, públicas e privadas, é um objetivo que advém da consciência de que o poder público não pode estar sozinho no atendimento ao grave problema habitacional.

Considerando-se a contabilidade da Urbel, observa-se que 94% do total das Despesas correspondem às Despesas Correntes, sendo que essa engloba as contas de Custeio e de Transferências.

Analisando-se a composição da Conta Despesa de Custeio, destaca-se a participação da Despesa com Pessoal, que atinge 46% do total, incluídos os custos com o pessoal terceirizado, enquanto as outras contas de despesa: Despesas com Encargos Sociais, com Serviços de Terceiros e Encargos e com Material de Consumo, participam com 15% , 19% , e 14% do total, respectivamente.

EMPREENDIMENTOS DESENVOLVIDOS E
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA URBEL
1997

PROGRAMA	EMPREENDIMENTOS	FAMÍLIAS ATENDIDAS(
Programa Estrutural em Área de Risco	52	2.000
Alvorada	3	4.375
Autogestão	8	237
Orçamento Participativo	35	População de 33 Vilas
Orçamento Participativo da Habitação	7	2.145
Habitar Brasil- Conjuntos	3	226
Habitar Brasil- Vilas	3	População de 3 Vilas
PROAS	17	112
Pró-Moradia	5	1.027
Crédito Associativo	5	970
Pedro II	1	2.000
TOTAL	139	----

Observação:

(1) A quantificação do número de famílias atendidas refere-se aos beneficiários diretos, em caso de vilas e favelas

o benefício estende-se à população total das áreas.

Fonte: Relatórios de diversos setores da URBEL - 1997

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente trabalhou, no ano de 1997, tendo como prioridade o atendimento à população, fortalecendo o compromisso com a cidadania. Incorporou as metas da administração anterior, visando os serviços de ação direta. As principais áreas de atuação foram corte e poda de árvores; monitoramento e controle de poluição, manutenção de parques e jardins. Desenvolvimento de propostas em educação ambiental, orientação e fiscalização, fortalecendo o compromisso com os princípios ecológicos. Esta secretaria procurou assegurar a consecução de projetos que visassem uma transformação da cultura, promovendo e estimulando novas frentes de atuação.

A preservação da flora e da fauna foi uma atividade importante nos parques municipais, com a aquisição de novos equipamentos de combate a incêndios. A construção da nova sede administrativa do Parque Municipal possibilitou uma sensível melhoria para as condições de atendimento à população e aos funcionários. Ressalta-se a importância dada nesta administração à concretização de parcerias que em muitos momentos foram capitais para a conquista de novas melhorias para a cidade. Na perspectiva desta integração, foram realizados vários eventos como o Festival de Papagaios, o Fantástico Mundo da Criança, Manhã de Menino, a Seresta ao Pé da Serra, o Projeto Espaço Aberto, apresentações de orquestras sinfônicas e de corais líricos. Realizou-se a manutenção dos projetos científicos no Parque da Mangabeiras (Carpas coloridas, fauna das abelhas etc.), visando a perpetuação do mesmo com uma legítima área de Preservação Ambiental. A revitalização do Parque Municipal Américo René Gianetti, no ano do Centenário, recuperou o paisagismo e nossa história. Foram recuperados os canteiros, bebedouros, sanitários, bancos visando maior conforto possível para os visitantes. Plantou-se 50.000 mudas de espécies nativas, respeitando a reorganização do espaço paisagístico.

A integração do cidadão com o ambiente foi uma realidade nas ações desenvolvidas. As oficinas de educação atenderam 1.178 participantes, os Centros de Vivência Agro-Ecológica - Cevae's - (Taquaril, Capitão Eduardo, Morro das Pedras e Serra Verde) mantiveram suas atividades envolvendo direta e indiretamente 2.000 pessoas. Foi publicado o Almanaque Ambiental II, edição especial em comemoração do Centenário de Belo Horizonte, publicando a história da capital. Outro ponto importante nesta integração é a mobilização social, que se propõe a envolver a população (áreas carentes e de risco), responsabilizando-a pela busca de alternativas locais e incentivando à responsabilidade cidadã. Iniciou-se com trabalhos nos Cevae's, envolvendo associações comunitárias, creches, associações de moradores, ONG's, escolas etc. Outra inovação ocorre na Vila Acaba Mundo e Conjunto Mariquinhas, onde está sendo implantada uma metodologia participativa visando incorporar a população no processo de co-reparação de danos ambientais. A Ecoteca

(biblioteca especializada em temas ambientais) atendeu a 1.500 alunos do I e II graus, privilegiando mais uma vez a informação à população. Em parceria com a Urbel, SLU e a Comunidade do Taquaril foi feita uma grande operação de limpeza, retirando os bota-foras irregulares que poluíam a Serra do Curral, prejudicando a população e o meio biótico.

As denúncias e reclamações da população em relação à poluição e degradação ambiental (corte de árvores, disposição irregular de entulhos, excesso de ruídos etc.) foram priorizadas e, dentro da realidade possível, saneadas. Foram atendidas 3.105 denúncias que resultaram em 4.370 diligências, sendo lavrados 701 autos de infração. Manteve-se, ainda, todas as atividades de avaliação de Estudos de Impacto Ambiental, licenciamentos, promoção de audiências públicas e pareceres técnicos (2.206). A Operação Oxigênio, que tem sido mantida de maneira sistemática, desde 1988, em convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo o controle das emissões de fuligem de veículos movidos a óleo diesel, foi permanente, vistoriando 4.537 veículos e penalizando com 703 autos de infração. Deste convênio, fazem parte, além desta secretaria, o Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran), o Batalhão de Trânsito da Polícia Militar (BPTran), a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER). Foi também realizada uma operação integrada com a SMAU, com as Administrações Regionais, com a SLU e a Polícia Militar, visando a retomada do espaço público através de ações educativas, vistoriando irregularidades ambientais, de trânsito e de uso impróprio de passeios e ruas. A poluição sonora, que corresponde a, aproximadamente, 60% das reclamações cadastradas na Secretaria, foi uma prioridade do controle ambiental, havendo sido enquadrados ou interditados vários empreendimentos que causavam incômodos em sua vizinhança.

Nos diversos parques (21) de Belo Horizonte, as atividades desenvolvidas na manutenção e zelo do patrimônio público foram exercidas visando a qualidade de vida. Foram elaborados projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, tendo como meta a preservação e administração das áreas verdes do município. Estabeleceu-se, ainda, normas técnicas de plantio, tratamentos culturais e fitossanitários e pesquisas combatendo pragas, doenças e ervas daninhas facilitando a propagação de espécies vegetais. Visando uma proposta de manejo sustentado da arborização urbana, operando com o produto da supressão urbana de árvores, está se implantando uma oficina de marcenaria para a produção de grandes módulos de equipamentos para parques e praças da cidade, produção de mobiliário para creches e instituições sociais e produção de pequenos brinquedos de cunho pedagógico, criando chances de ocupação e profissionalização de adolescentes carentes agregados aos programas sociais da prefeitura. Dentro de uma visão contemporânea de administração de parques urbanos, foi criado o Parque Linear do Arrudas, como uma iniciativa de importância fundamental para a recuperação de áreas já intensamente degradadas, revitalizando o entorno do córrego. Nos serviços de rotina, foram autorizados 5.109 cortes de árvores, 1.855 podas de árvores e 613 autorizações

para transplante. Foram doadas 4.605 mudas de espécies arbóreas. Outra importante realização foi a implantação de cinco parques preservados.

Nas ações conjuntas desta Secretaria com os demais órgãos da administração direta e indireta, deu-se prioridade na participação no Orçamento Participativo, no atendimento de demandas da Promotoria do Meio Ambiente. Criou-se um programa de controle de mananciais dos parques municipais (levantamento e diagnóstico), de contenção de encostas e áreas de risco. A SMMA participa da elaboração do Plano Diretor Regional de Venda Nova sob a coordenação da SMPL. Devido à importância da questão da água e esgoto, a concessão dada à Copasa tem sido objeto de estudos com a participação da Secretaria no Grupo Técnico de Saneamento (GTS).

A finalização do projeto de saneamento da Lagoa da Pampulha e seu encaminhamento para uma agência japonesa de financiamento representa uma excelente possibilidade de retornarmos a um padrão de excelência, seja na questão do saneamento básico para uma enorme região de nossa cidade, como também a recuperação de um grande complexo turístico.

Dentro das premissas ambientais básicas, buscou-se ininterruptamente a integração de Belo Horizonte à sua região metropolitana. Foram feitos seminários envolvendo os secretários municipais de Meio Ambiente, e criadas parcerias com este objetivo. Foi elaborado, visando uma nova perspectiva de intervenção nas questões ambientais, projeto de criação da Universidade Livre do Meio Ambiente, buscando recursos junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal e outras fontes. Visa formar diversos setores da sociedade não especializados, capacitando o cidadão a ser um agente ambiental e também buscando tornar Belo Horizonte um centro de referência em tecnologias de ponta nas questões ambientais. A construção da Agenda 21 para Belo Horizonte consubstancia-se com a colocação do Mapa Visual da cidade no Internet. Apresenta-se como um banco de dados virtuais, onde todo o município está aerofotografado, possibilitando o acesso, via Internet, a quaisquer cidadãos do mundo à nossa cidade. Uma fotografia da nossa cidade no seu centenário, facilitando mapeamentos, elaboração de planos pilotos, e permitindo uma democratização de informação a todos a respeito das condições reais de Belo Horizonte. O projeto Vist@érea é pioneiro no mundo, e foi possível com as parcerias de empresas privadas (Mannesmann, Bolsa de Valores MG, GO, ES, Irgominas, Minas Tênis Clube e a Cia de Bebidas Antártica).

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SETOR : SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

(R\$ 1.000)

C001001	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PESSOAL E ENCARGOS	CORRENTES	TOTAL		
17	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	531.197	4.754.864	5.286.062	41.800	5.327.862
77	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	1.430.261	3.231.154	4.661.416	49.529	4.710.945
TOTAL		1.961.458	8.012.019	9.973.478	91.329	10.064.807

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA

A Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, constituída por três departamentos - Jardim Zoológico, Jardim Botânico e Administração e Finanças - e um Serviço de Educação Ambiental, pôde perceber um crescimento e aprimoramento em suas atividades e prestações de serviços em 1997, relatados a seguir.

Com a implantação da "Casa de Educação Ambiental" houve uma melhoria do atendimento ao público, externo e interno, oferecendo-se mais um espaço de convivência e de acesso a conhecimentos. Nos finais de semana, cerca de 2.400 visitantes foram atendidos, apenas no segundo semestre. Ampliou-se a atividade de atendimento a escolas e outras instituições, com orientação aos professores e responsáveis para a preparação de excursões e outras atividades, num total de 118 pessoas; foram realizadas 74 visitas orientadas ao Zoológico e sete ao Jardim Botânico, trilhas no cerrado e visitas ao borboletário, incluindo grupos de instituições que atendem a deficientes físicos e mentais; foram atendidos 172 alunos de 1º, 2º e 3º graus para orientação a pesquisas.

Foram produzidos materiais educativos e informativos como o "Guia de Visitação do Jardim Zoológico", a publicação "Animais do Zoológico" e o "Guia da Casa de Répteis", estes dois últimos com parcerias.

Também foram realizados quatro eventos especiais para o público visitante (Semana do Meio Ambiente, Férias no Zôo, Semana da Criança e Falando de Répteis) e um para os funcionários (Semana Florestal).

No trabalho conjunto com outros órgãos da Prefeitura, realizou-se a coleta seletiva e campanha de limpeza com apoio da SLU no Jardim Zoológico, com mobilizações e abordagens aos domingos como parte do projeto Eco-Zôo. Também foi realizado, em parceria com a SMMA e a SMED, o "Intercâmbio de Educação Ambiental", que recebeu 25 participantes, entre professores da Rede Municipal de Ensino e representantes de associações comunitárias. Participação na "Ação BH 100", no bairro Itatiaia, em parceria com associações comunitárias e com a Administração Regional Pampulha e na Semana do meio Ambiente da Regional Noroeste.

O Jardim Botânico permaneceu funcionando no bairro Betânia, em área cedida pela SMMA, onde será implementado, futuramente, mais um parque municipal. Foram acompanhadas as obras de implantação da 1ª etapa do projeto de construção do novo Jardim Botânico, dentro da área do Jardim Zoológico, que também contempla o plantio de mudas de

[36-V-] diversos ecossistemas brasileiros na Ilha da Lagoa da Pampulha. A 2ª etapa desse projeto teve sua licitação concluída, sendo as obras iniciadas no final do ano; foram tentados recursos para implantação da 3ª etapa, ainda não obtidos.

Foi iniciado um estudo sobre as Estratégias de Conservação em Jardins Botânicos, que propiciou uma redefinição do plano diretor do Jardim Botânico. Para efetivá-lo dentro dos padrões internacionais, foi providenciado o seu registro no Botanical Gardens Conservation International (BGCI).

Houve um incremento na coleção de plantas vivas devido a coletas de espécimes em áreas de campo rupestre na Serra do Cipó e de Grão Mogol. O número de exsicatas depositadas no herbário do Jardim Botânico ultrapassou os 2.000 espécimes, visto que foram intensificadas as coletas da vegetação remanescente no Betânia e no Zoológico. Para efetivar o registro do herbário, foram solicitadas informações à International Association for Plant Taxonomy (IPTA). Foram criados bancos de dados para armazenar informações sobre a entrada de sementes e frutos na sementeca e carpoteca. O tratamento fitossanitário das coleções e das mudas utilizadas na arborização e paisagismo de praças e avenidas da Capital foi aprimorado.

Dentre as atividades exercidas na produção de mudas, destacaram-se: aprimoramento do minhocário; coleta de sementes para propagação e para a sementeca; testes para propagação de plantas ornamentais. O estoque aproximado de plantas, excluindo-se as das coleções, foi de 98.594 plantas arbóreas (incluindo ornamentais e frutíferas), 4.503 palmeiras e 80.887 plantas ornamentais (incluindo herbáceas e arbustivas). Foram recebidas 3.413 mudas de espécies arbóreas referentes ao processo Comave/SMMA, exigidas pela PBH para reposição de danos ambientais. Foram doadas mudas para órgãos da administração direta e indireta da PBH, bem como para órgãos e entidades beneficentes, perfazendo 38.737 unidades. Foram distribuídas para as administrações regionais da PBH 12.127 mudas, das quais 7.670 ornamentais e 4.457 arbóreas (anexo 1).

O Jardim Zoológico verificou um significativo avanço nas questões relativas à qualidade da manutenção de animais em cativeiro. O planejamento do plantel de animais (anexo 2) contemplou o acasalamento de animais despareados, o controle reprodutivo de animais excedentes, o incentivo aos trabalhos com espécies da nossa fauna ameaçadas de extinção e a diminuição do número de animais alojados fora da área de exposição. Os programas de manejo biológico, nutrição e medicina veterinária receberam algumas inovações que resultaram na melhoria do bem-estar dos animais e das condições de trabalho das equipes envolvidas.

Como parte de um convênio firmado com a Cemig, foram recebidos répteis, aves (incluindo 130 ovos e 80 filhotes) e mamíferos provenientes

do resgate de fauna da Usina Hidrelétrica de Miranda. Um recinto para manutenção e exposição de ouriços-cacheiros está sendo construído na área do Jardim Zoológico em uma parceria com a Cemig.

Novos recintos de exposições de animais foram abertos ao público: a Casa de Répteis, os Viveiros para Pássaros Brasileiros Coloridos e os Recintos para Primatas de Médio Porte, proporcionando, além de condições mais adequadas para manutenção dos animais, novas atrações e possibilidades de realização de atividades educativas para os visitantes.

Houve também uma boa atuação na divulgação de conhecimentos e tecnologias pela equipe técnica, que ministrou 19 palestras, sete mini-cursos e orientou 47 estagiários universitários de diversas áreas e oito turmas em atividades curriculares e visitas técnicas. Foram desenvolvidos 23 projetos e trabalhos científicos, sendo que sete destes foram apresentados em eventos técnico-científicos.

Na área de desenvolvimento de pessoal, houve representativa participação em eventos externos, promovidos principalmente por sociedades que reúnem jardins zoológicos e botânicos e instituições de ensino superior, compreendendo 25 cursos, 11 congressos, encontros ou seminários e várias palestras, possibilitando aperfeiçoamento e treinamento profissional, além de contatos e intercâmbio com instituições afins.

No treinamento interno de funcionários, foram realizados cursos e palestras, bem como acompanhamento de pessoal com apoio do DRH/SMAD. Consolidou-se a implantação da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), tendo sido realizada a 1ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes.

Destaca-se o convênio com o Ipead/Face/UFMG para projeto de reestruturação administrativa, elaboração do plano de cargos, carreiras e salários e programa de avaliação de desempenho da FZB-BH, que, após concluído, deverá ser submetido à apreciação da PBH e da Câmara dos Vereadores de BH.

Oferecida melhor segurança e conforto na circulação de pedestres, através da construção de cercas, pisos e calçadas, colocação de bancos e embelezamento dos jardins em várias áreas da visitação pública do Zoológico. Realizados estudo e projeto para reforma do prédio do restaurante, bem como da melhoria dos equipamentos existentes. Ampliada a implantação e a disseminação dos equipamentos de informática, possibilitando agilizar e aprimorar as atividades.

Criado o Centro de Documentação e Informação com o objetivo de organizar o acervo bibliográfico, fotográfico, videográfico, de periódicos e de projetos.

Políticas
Sociais

Relatório
de Atividades

ABASTECIMENTO

Em 1997, a atuação da Secretaria Municipal de Abastecimento caracterizou-se pela continuidade da "Política de Abastecimento e Segurança Alimentar", implementada no Município de Belo Horizonte, através da manutenção e ampliação dos diversos projetos já existentes, que incluem ações que buscam interferir na área de produção, comercialização e consumo alimentar. A Política de Abastecimento é norteada pelo conceito de segurança alimentar que pressupõe alimentação quantitativa e qualitativamente adequada para toda a população, em todas as fases da vida. Para garantir este objetivo, os diversos programas desenvolvidos pela SMAB combinam ações de caráter emergencial, garantia de acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda, garantia de disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas sustentáveis e ainda a divulgação aos consumidores sobre práticas alimentares saudáveis e adequadas e ainda sobre o comportamento de preços dos produtos alimentares que compõem sua dieta básica.

Os projetos na área de incentivo à produção de alimentos básicos têm como objetivo fomentar a produção e a comercialização direta por parte dos produtores, visando o aumento da oferta de alimentos e redução de seus preços, garantindo-se a qualidade dos mesmos. Estão incluídos aqui os programas de comercialização direta e de auto-abastecimento.

A principal estratégia visando impulsionar a comercialização direta foi a inauguração do setor atacadista da Central de Abastecimento Municipal, em abril de 1997. Esta ação movimentou, mensalmente, em média, cerca de 112,67 toneladas de hortifrutigranjeiros. Através da CAM, busca-se uma atuação mais abrangente do poder público municipal num mercado essencialmente de domínio privado e especulativo, procurando diminuir a atuação de intermediários, garantindo-se uma maior oferta de alimentos, com melhores preços para produtores e consumidores. A ausência de área rural produtora de alimentos no município de Belo Horizonte é um fator que impõe limites a esta ação. Neste sentido, a SMAB implementou um projeto de "Parcerias Intermunicipais para Comercialização Direta", que, num esforço conjunto com prefeituras dos municípios abastecedores de Belo Horizonte e da EMATER-MG, vem incentivando o setor agropecuário de outros municípios, proporcionando maior disponibilidade de produtos, com qualidade monitorada, para comercialização, através de Cooperativas e Associações de produtores, no setor atacadista da CAM.

39-V-2
Em 1997, o "Programa de Comercialização Direta" movimentou 1.873,84 toneladas de alimentos, principalmente hortifrutigranjeiros, sendo a Central de Abastecimento Municipal responsável pela comercialização de 48,10% do total, seguida pelo Direto da Roça (39,99%), Campanha da Safra (9,83%), Bolsa Verde (1,26%), Compras Coletivas (0,59%) e Armazém da Roça (0,23 %). Esta comercialização representou um aumento de 110,70 % em relação a 1996. O Programa contemplou sete regionais em Belo Horizonte com a distribuição de 69 pontos de comercialização através dos seus projetos.

O Programa de Auto Abastecimento, através do "Projeto Hortas Escolares e Comunitárias", implantou no ano de 1997, 64 (sessenta e quatro) hortas sendo 26 (vinte e seis) escolares e 38 (trinta e oito) comunitárias, distribuídas pelas nove Regionais.

Já o projeto "Pró Pomar" distribuiu, no mesmo período, 11.014 (onze mil e quatorze) mudas frutíferas (140,43 % superior a 1996) em eventos promovidos em parceria com as nove Administrações Regionais.

A política de regulação de preços se dá através da intervenção no mercado de gêneros alimentícios por meio dos programas "Abastecer", "Comboio do Trabalhador", "Cestão Popular", "Mercados Distritais e Feiras".

O "Abastecer" e "Comboio do Trabalhador" comercializam gêneros alimentícios, principalmente hortifrutigranjeiros, em média 50% mais barato que nos sacolões privados (R\$0,79/R\$035). Em relação ao ano passado, estima-se que o "Abastecer" aumentou suas vendas em torno de 33,5%, além do aumento real de vendas nos pontos já existentes.

Foi inaugurado, no final do ano passado, o "Abastecer" do bairro Pindorama. O "Comboio do Trabalhador" aumentou suas vendas em torno de 8%. Estes programas ficaram entre os 20 melhores programas (ou políticas públicas) do Brasil, no Concurso Gestão Pública e Cidadania de 1997, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Ford e Banco de Desenvolvimento Social (BNDES).

Os Mercados Distritais encontram-se atualmente em um amplo projeto de reformas e revitalização. Nos Mercados Distritais do Barroca e Cruzeiro está sendo implementada e prevista a inauguração de novos restaurantes. O Mercado da Lagoinha, com as últimas lojas em processo de licitação, está tornando-se uma importante referência como local de realização de eventos. No Mercado Distrital de Santa Tereza (MDST) está sendo implementado, em convênio com a Amiflor (Associação Mineira de Floricultores), um "Mercado de Flores", onde serão comercializadas, no varejo e atacado, os mais diversos tipos de flores produzidos em Minas, assim como artigos para ajardinamento e correlatos. Ainda no MDST está

sendo implementado um ponto de comercialização de frutas diretamente com o produtor, num convênio com a Cooperativa de Floricultores de Janaúba. Na FECOPE, está prevista a inauguração de um "sacolão" da prefeitura nos moldes do Abastecer.

As Feiras Livres não apresentaram mudanças significativas nos dados de atendimento aos consumidores. A concorrência dos sacolões públicos e privados e o horário de funcionamento incompatíveis com as exigências das pessoas que trabalham têm diminuído cada vez mais a procura pelos serviços das feiras. Desta forma, a SMAB, atendendo a uma demanda do mercado atual, criou as Feiras Modelo, que funcionam das 17:00 às 22:00 horas, atendendo famílias de classe média.

Em dezembro de 1997, foi inaugurada a Feira Modelo da Rua Tomé de Souza (entre Cristóvão Colombo e Pernambuco), funcionando às quintas-feiras.

O programa "Cestão Popular" comercializa, por meio de caminhão ou ônibus, na periferia da capital, 22 produtos da Cesta Básica/SMAB, com preços em média 40% mais baratos que no mercado privado. Praticamente o programa manteve o mesmo número de atendimento do ano passado (1997).

Através da Cesta Básica/SMAB, composta por 45 produtos de marcas comerciais mais representativas, sendo 36 alimentares, cinco de higiene pessoal e quatro de limpeza doméstica, os consumidores são informados sobre os locais mais baratos de compra e sobre o comportamento de preços dos produtos.

Os resultados da pesquisa são divulgados duas vezes por semana e indicam que, nos equipamentos gerenciados pela SMAB, os preços são, em média, 23% inferiores aos praticados pela iniciativa privada.

No que se refere à promoção e defesa do consumo alimentar, as ações da SMAB visam atender às necessidades nutricionais de crianças, adolescentes, gestantes, nutrízes e idosos carentes. Além disso, visa também atender às famílias vítimas de chuvas, enchentes e desabamentos.

Em 1997, foram ampliados os projetos de "Alimentação de Crianças e Adolescentes", "Alimentação de Adultos" e "Orientação e Educação para o Consumo Alimentar". Atualmente a política de assistência alimentar está presente em 627 equipamentos públicos, localizados em todas as Regionais, atendendo a um público médio mensal de 206.985 beneficiários, número equivalente a, aproximadamente, 10% da população de Belo Horizonte.

O projeto de Alimentação Escolar atendeu, em 1997, a uma média diária de 150.900 alunos, com atendimento de 15,76% das necessidades

calóricas. Nas escolas mais carentes, além da suplementação láctea, foi mantida a merenda nas férias.

O Projeto de "Prevenção e Combate à Desnutrição", realizado em parceria com a SMSA e Ministério da Saúde, garantiu o fornecimento da farinha enriquecida comum e especial (com 50% de leite em pó) a 10.700 beneficiários/mês, sendo 8.500 desnutridos, 800 gestantes e 1.400 nutrízes cadastrados nos 125 centros de saúde municipais e entidades conveniadas.

Foi ampliada a parceria com SMES, através do fornecimento de lanches para os participantes do projeto "Bom de Bola, Bom de Escola". Considerando-se também o "Projeto Dente de Leite", são atendidos mensalmente cerca de 4.254 adolescentes.

O principal avanço nesta área foi a ampliação do fornecimento de gêneros alimentícios, garantindo-se 100% das necessidades alimentares das crianças de 0 a 6 anos nas creches conveniadas e 50% das necessidades diárias das crianças maiores de seis anos. Para isso, foi feita uma adequação das quantidades per capita de gêneros não perecíveis e, a partir de outubro, iniciou-se a distribuição de gêneros perecíveis (carnes, frutas e legumes).

O Projeto de "Assistência Alimentar a Adultos" foi mantido e ampliado. O Restaurante Popular ofereceu, em 1997, uma média diária de 3.146 refeições, ao preço de R\$1,00. A partir de agosto, foi introduzida a venda de marmitex (R\$1,50), representando mais uma opção de alimentação a baixo custo.

No projeto de "Geração de Renda", foram abertos novos espaços, beneficiando 42 famílias carentes através da comercialização de diversos produtos alimentícios nos equipamentos da SMAB.

O trabalho de orientação para o consumo alimentar, que divulga à população informações e orientações sobre alimentação, nutrição e higiene, foi mantido através da realização de 88 oficinas de Alternativas Alimentares, distribuição de cartilhas, veiculação de programas de rádio e realização de cursos sobre preparação, armazenamento, higiene, conservação de alimentos, valor nutricional e planejamento de refeições.

PLANO ORÇAMENTAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SETOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA		DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	REGULAR E EMPANOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
16	AMANHÃCIMENTO	1.887.351	3.773.538	5.660.889	41.077	5.701.966
75	SAÚDE	0	8.748.528	8.748.528	80.000	8.828.528
T O T A L		1.887.351	12.522.066	14.409.417	121.077	14.530.494

EDUCAÇÃO

Em 1997, a Prefeitura Municipal de BH, através da Secretaria Municipal de Educação, desenvolveu um conjunto de atividades, voltado para a busca da garantia do direito de todos à educação pública, democrática, plural, numa escola incluyente, acolhedora e de qualidade.

O eixo norteador deste conjunto de atividades foi a consolidação do Programa Escola Plural, implementado na rede municipal de educação, em 1995.

A identificação dos erros e acertos vivenciados no processo de implementação do Programa e a proposição dos avanços necessários nos campos e/ou dimensões que estavam a exigir maiores desenvolvimentos e complementações foram importantes estratégias, adotadas em 1997, visando a superação dos desafios característicos do processo de continuidade de uma proposta tão avançada e inovadora como a Escola Plural.

Nesta perspectiva, as ações desenvolvidas pelo Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (Cape), pela Coordenação de Política Pedagógica (CPP), pela Coordenadoria de Eventos, pela Coordenadoria de Bibliotecas e pelos Departamentos das Administrações Regionais tiveram um papel de destaque, também em 1997.

Foram realizados vários eventos de capacitação no Cape, como oficinas, cursos, seminários e rodas de debates, que contaram com a efetiva participação de cerca de 4.500 profissionais da rede municipal de educação, que (re)discutiram sua prática pedagógica e a proposta da Escola Plural, buscando apontar e seguir os caminhos necessários para a construção cotidiana de uma educação plural.

As escolas e os departamentos de educação tiveram um permanente acompanhamento das cinco coordenações de ensino da CPP, visando a identificação e a discussão dos problemas e das novas possibilidades criadas a partir da experiência acumulada desde a implementação do programa.

Dando continuidade ao projeto "Revitalização das Bibliotecas das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte", implementado em 1995 com o objetivo de dar suporte ao trabalho dos profissionais da educação através da melhoria do acervo, da formação de pessoal, da adequação do mobiliário e do espaço físico das bibliotecas escolares, foram implementadas, em 1997, as 22 bibliotecas pólo. Essas bibliotecas

41-v.

têm a função de agregarem em torno de si outras bibliotecas de uma mesma regional, coordenando o trabalho destas e de desenvolverem um trabalho típico de uma biblioteca pública regional, aberta à comunidade. Também como parte integrante do Projeto de Revitalização, foram contratados e capacitados 20 bibliotecários e 165 auxiliares de biblioteca, aprovados em concurso público, além dos 100 professores em readaptação funcional, aproximadamente, que prestam serviços nas bibliotecas.

No dia 21 de novembro, o projeto "O Olhar Plural sobre a Cidade Centenária", realizado em comemoração ao centenário de Belo Horizonte, reuniu no Parque Municipal cerca de 3.000 alunos e 148 professores que participaram das oficinas e visitaram a mostra de trabalhos desenvolvidos nas escolas sobre este tema.

O ano de 1997 foi marcado, também, pela implementação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a rede municipal de educação, como não poderia deixar de ser, sofreu os seus impactos. Ao delimitar claramente as competências de cada esfera governamental, quanto a oferta dos vários níveis de ensino, a nova LDBEN trouxe à tona um acirrado debate entre os governos estadual e municipal sobre a manutenção da educação infantil e do ensino médio e do regime de colaboração para a oferta do ensino fundamental. Em Belo Horizonte, as negociações com a Secretaria Estadual de Educação, em 1997, foram bastante divergentes e não se chegou, ainda, a um consenso sobre a oferta de vagas de educação infantil e do ensino médio.

Atendendo ao preceito constitucional de priorização dos investimentos em educação no Ensino Fundamental, este nível de ensino foi, em 1997, o centro para o qual convergiram as principais ações desenvolvidas pela SMED.

O fechamento dos Ciclos de Idade de Formação da Escola Plural (inclusão das crianças de seis anos no 1º Ciclo e a incorporação da antiga 5ª série ao 2º Ciclo) e a discussão sobre as áreas de conhecimento receberam especial atenção das equipes pedagógicas do Cape, CPP e Departamentos de Educação.

O acréscimo de 6.400 novas vagas na rede, conforme demonstrado pelo Censo Nacional da Educação/1997, promovido pelo MEC, representou um crescimento de 4,4% na oferta do Ensino Fundamental, em relação ao ano anterior.

Mais uma vez, o Cadastro Escolar garantiu o encaminhamento de todos os inscritos a uma vaga na rede pública de ensino de Belo Horizonte. Foram alocados para o ano letivo de 1997, através do geoprocessamento, 34.143 alunos, nas escolas mais próximas de suas residências.

Partindo do pressuposto de que a garantia das condições de permanência das crianças de sete a 14 anos na escola é o grande desafio colocado para o poder público, a Prefeitura implementou, em 1997, o Programa Executivo Bolsa Escola (Pebe). Direcionado às famílias carentes que mantêm seus filhos de sete a 14 anos na escola, o Pebe prevê o pagamento mensal de uma bolsa familiar no valor de um salário mínimo, durante um ano letivo, permitida sua prorrogação.

De agosto a dezembro, 400 famílias selecionadas dentre as 7.506 inscritas nas regionais Barreiro e Leste receberam o benefício, tendo sido incluídas mais 100 em cada regional, em dezembro. Das 2.765 famílias inscritas na regional Norte, 200 foram selecionadas e receberão as primeiras bolsas a partir de março de 98, relativas à frequência de fevereiro.

O Programa desenvolve, ainda, uma série de ações de acompanhamento das famílias beneficiadas, em parceria com outras instituições nos campos da sobrevivência (alimentação, saúde e moradia); do desenvolvimento pessoal e civil (alfabetização de adultos, qualificação profissional e geração de renda); da investigação, pesquisa e avaliação, bem como da garantia do exercício pleno dos Direitos Fundamentais.

As demais regionais serão gradativamente incorporadas ao Programa, em 1998.

Para atendimento à expansão do número de turmas e em decorrência da consolidação da política pedagógica, foram contratados 375 professores através de concurso público.

É inegável a contribuição da informática na agilização e aprimoramento do processo educacional. A implantação do Software Planck, desenvolvido pelos professores integrantes do Núcleo de Informática da R.M.E, permitiu a priorização da informação no ambiente escolar, com ganhos de eficiência e produtividade.

A melhoria das condições de funcionamento dos prédios escolares também foi priorizada em 1997. Foram concluídas as obras de construção dos prédios das escolas municipais União Comunitária (ARB), Salgado Filho (ARO) e Ensino Especial Frei Leopoldo (ARO). Tiveram continuidade as obras de construção do prédio da E.M. Prof. Edgar da Matta Machado (ARNE), com previsão de término em março/98. Foram ampliados os prédios das escolas municipais Emídio Berutto (ARL) e Cônego Sequeira (ARB). Além disso, os Departamentos de Manutenção das Regionais realizaram uma série de intervenções para reforma e manutenção dos prédios escolares.

No 2º semestre, iniciou-se a Pesquisa de Rede Física Escolar da R.M.E, com visitas a todas as escolas municipais para implantação de um banco

de dados que subsidiará o Plano de Intervenções em prédios escolares, que será elaborado em 1998.

No que se refere à Educação Infantil, destaca-se a instalação de mais quatro Centros de Educação Infantil (CEI's), totalizando assim as nove unidades, uma em cada Administração Regional. Os CEI's têm como objetivos principais o assessoramento, o apoio, a supervisão e a capacitação em serviço dos profissionais em educação que atuam nas creches e pré-escolas vinculadas ao município, diretamente ou por meio de convênio. Em 1997, foram matriculadas 6.321 crianças, totalizando 283 turmas, 11 a mais que no ano anterior. O "Curso Regular para a Qualificação do Educador Infantil de Creche", realizado nas escolas municipais Caio Libano Soares de Estudos Supletivos (ARCS) e Magalhães Drumond (ARO) prosseguiu com a participação de educadores das creches conveniadas com a PBH. O "IV Seminário Infância na Ciranda da Educação" e o "III Intercâmbio de Experiências em Educação Infantil" reuniram 755 educadores infantis, diretores de escolas, coordenadores de creches e representantes do Movimento de Luta Pró-Creches, que discutiram os rumos da Educação Infantil no Município.

Em 1997 o SMED intensificou os esforços com vistas à garantia do direito de acesso e permanência na escola dos jovens e adultos que não puderam frequentá-la na idade própria. O início do ano letivo foi marcado pelo lançamento do kit "BH para Jovens e Adultos", com um show de calouros realizado na Praça da Estação, com efetiva participação dos alunos e professores. Foram matriculados 11.941 alunos, distribuídos em 374 turmas.

Merece destaque ainda a continuidade do programa de alfabetização dos trabalhadores da Sudicap - o Educap -, que proporciona oportunidade de acesso à escolarização a esses profissionais, em seus locais de trabalho.

No que diz respeito à Educação Especial, o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais foi feito nas três escolas de ensino especial, que ofereceram 545 vagas, e nos convênios e/ou contratos com clínicas especializadas, que somaram 975 vagas. Ao todo, foram atendidos 1.520 alunos. Partindo do princípio da integração desses alunos, sempre que possível, nas escolas da rede regular de ensino, foram promovidos vários encontros para reflexão sobre as ações desenvolvidas neste sentido na R.M.E, com destaque para os seminários "Horizonte Especial: BH 100 Exclusão" e "Os Desafios da Educação Especial - Ciclos de Formação", que contaram com a participação de 550 professores.

Em 1997 o Ensino Médio vivenciou um processo de redefinição de sua estrutura e organização, com vistas à adequação aos dispositivos constantes da nova LDBEN. Cerca de 200 professores participaram do seminário sobre o Ensino Médio, que tratou especialmente dos rumos deste

nível de ensino na R.M.E. Foram matriculados 18.051 alunos, distribuídos em 496 turmas.

Dando seqüência ao projeto de descentralização da aplicação de recursos, através do aumento da autonomia das escolas, em 1997 foram repassados R\$ 3.555.035,00 às Caixas Escolares Municipais, sendo R\$2.164.555,00 com recursos próprios e R\$ 1.390.480,00 com recursos do FNDE. Outros R\$1.208.700,00 foram empenhados no ano de 97 e repassados em janeiro deste ano. O decreto da 4ª parcela já foi publicado e o repasse, que será contabilizado como restos a pagar do exercício 97, será feito neste trimestre.

Em decorrência da implantação do Plano de Carreira do Quadro do Magistério, foi instalado em 1997 o Serviço de Avaliação Permanente, que realizou a 1ª Avaliação de Desempenho dos Professores que se encontravam em Estágio Probatório de outubro de 97 a março de 98 e já iniciou o planejamento da Avaliação de Desempenho dos Profissionais da Educação.

Objetivando a racionalização na distribuição dos profissionais da educação na R.M.E, foi instituída, em 03/12/97, a Portaria nº 008/97, relativa ao Quadro de Escolas e realizado o estudo sobre os professores em laudo médico.

Os procedimentos administrativos realizados pelas escolas também sofreram alteração em 1997. A padronização dos formulários utilizados nas secretarias das escolas reduziu o volume de impressos, o que trouxe maior agilidade e eficiência nestes procedimentos.

Parte integrante do projeto de reestruturação administrativa da SMED, que está sendo elaborado, a reorganização da Seção de Armazenamento e Distribuição do Material Escolar do Serviço de Materiais e Suprimentos do Departamento de Administração e Finanças trouxeram, também, maior agilidade e eficiência no atendimento às solicitações de distribuição de equipamentos e materiais de consumo para as escolas.

PLANO FUNDAMENTAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SETOR : SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

(R\$ 1,00)

CODIGO	TITULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PERSONAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
44	EDUCACAO FISICA E ESPORTES	2.218.111	889.298	2.107.410	41.929	2.149.339
	TOTAL	2.218.111	889.298	2.107.410	41.929	2.149.339

[43.v]

A Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - tem por missão institucional operacionalizar os serviços de atenção à saúde no município, buscando cumprir os preceitos constitucionais da universalidade do atendimento, integralidade das ações, garantia de acesso e da equidade na atenção à população belo-horizontina.

A rede ambulatorial sob responsabilidade da SMSA-BH é caracterizada por 160 unidades próprias e 543 unidades contratadas e conveniadas. A rede hospitalar conta com um hospital próprio (Hospital Municipal Odilon Behrens) e 56 hospitais contratados e conveniados.

Quanto à produção médio mensal da rede ambulatorial própria da SMSA-PBH, uma análise comparativa entre 1996 e 1997 demonstra um incremento de 13% em atendimentos básicos (vacinas, atendimentos de enfermagem), 14% em consultas médicas, 12% em exames e 20% em exames especializados.

Dentre estes atendimentos, e dando continuidade ao Projeto Vida, foram ampliadas as ações de pré-natal, combate à desnutrição, vigilância à mortalidade infantil. O número de crianças de risco acompanhadas passou de 36,50% para 72,89% no primeiro quadrimestre de 1997. Houve aumento do número de desnutridos inscritos no programa, de 6.485 para 18.092 e do número de gestantes, de 7.080 para 21.702, no mesmo período.

Esta ampliação possibilitou a diminuição do grau de desnutrição das crianças assistidas pelo programa. Cada criança acompanhada tem possibilidade de melhora duas a três vezes maior, quando comparada às crianças não acompanhadas.

A implantação do "Acolhimento" nas unidades de saúde continuou em 1997. Novas unidades foram capacitadas e trabalham atualmente sob essa nova ótica de atendimento. Até o momento, dos 126 Centros de Saúde, 105 já permitem um acesso mais humano e efetivo à população que os procuram. Em relação a 1996, o número de atendimentos realizados pelo acolhimento foi ampliado em 23%.

Buscando a consolidação da rede de atendimento à urgência no município, em 1997, foram aprimorados os sistemas de referência e contra-referência entre os Centros de Saúde e as Unidades de Urgência. O número de consultas nas Unidades de Urgência 24 hs próprias (Barreiro, Venda Nova, Norte e Oeste) foi ampliado em 37% em relação a 1996 (de 290.492 atendimentos em 1996 para 399.227 atendimentos em 1997). O Sistema de Atendimento Pré-Hospitalar - Resgate - foi ampliado para atendimentos clínicos, em articulação com os Centros de Saúde, Unidades 24 hs e Rede Hospitalar. Uma projeção para Dezembro/97 mostra um aumento de 80% nos atendimentos do resgate em relação a janeiro do mesmo ano.

Quanto às ações coletivas, houve movimento crescente visando a ampliação das ações da Vigilância Sanitária Municipal para os serviços e estabelecimentos de interesse da saúde, conforme determina o Código Sanitário/1995. De destaque, foi implantado o projeto de avaliação de boas práticas de prestação de serviços em açougues - Selo de Qualidade, definido a partir da instalação, equipamentos, limpeza e organização, pessoal e proteção ao produto.

O combate a endemias e epidemias em 1997 exigiu do Serviço de Controle de Zoonoses a promoção de discussão ampla com os municípios da região metropolitana, Secretaria Estadual de Saúde e Fundação Nacional de Saúde e a ampliação das atividades e dos tratamentos. Como suporte para todas essas ações foi mantido o investimento em insumos e equipamentos. Quanto aos medicamentos, apenas nos meses de abril, maio e junho de 1997 foi investido valor semelhante a todo ano de 1996, aproximadamente US\$ 4.000.000,00.

Como diretriz para as ações no ano de 1997 foram discutidas novas metodologias e instrumentos que possibilitem o avanço na proposta de mudança do modelo de assistência a ser planejada e implantada a partir de 1998.

No ano de 1997 teve continuidade a readequação física e ambiental da rede do SUS-BH. De janeiro a outubro, foram inauguradas obras em seis unidades e o cronograma para novembro e dezembro contemplava mais 13 unidades nos vários distritos. O processo de informatização das unidades também teve continuidade no PAM Campos Sales, Laboratório Central, Centro de Saúde Miramar, Almoxarifado Central, Sede dos Distritos e Nível Central. O processo foi iniciado no PAM Sagrada Família e Laboratórios Distritais.

Em 1997, o processo de profissionalização, desenvolvimento e capacitação profissional da força de trabalho teve continuidade, utilizando métodos pedagógicos (oficinas, seminários, workshops etc.) visando aprimorar e consolidar o planejamento local, tendo como base a territorialização dos serviços de saúde e a implementação de novas práticas sanitárias.

Conforme deliberado na "V Conferência Municipal de Saúde" (realizada em 1996), foi iniciada a substituição progressiva da força de trabalho terceirizada, no Nível Central e Distritos Sanitários. Dados de agosto/97, apontam uma diminuição de 16,2% em relação ao ano anterior. Entre as ações de capacitação das equipes podem-se destacar os cursos de formação e atualização para os profissionais do Controle e Avaliação, como também o segundo curso de auditoria assistencial. O financiamento do SUS Municipal é composto por fontes municipais (ROT), fontes estaduais e fontes nacionais (Ministério da Saúde e Convênios). No 1º semestre de 1997, o município repassou 16,9% dos recursos do tesouro para o Fundo Municipal de Saúde. Este valor apresenta um acréscimo de 50% em relação à média dos anos anteriores. Quanto aos recursos estaduais, não houve nenhum repasse nesse mesmo período.

Os recursos nacionais são repassados diretamente ao Fundo Municipal de Saúde, como diretriz da Gestão Semi-Plena. No 1º semestre de 1997, os valores repassados

44-V-
 foram mantidos. No 2º semestre de 1997 houve várias discussões sobre o repasse para o município, envolvendo, inclusive, a discussão do teto orçamentário pela Secretaria Estadual de Saúde e a redução em US\$ 1.000.000,00/mês. Vários movimentos foram feitos, inclusive com mobilização de todo o corpo gerencial da SMSA e Conselhos, para que esse retrocesso fosse evitado. De acordo com o objetivo de avançar no controle e avaliação da rede pública em 1997, as principais diretrizes se pautaram em novos termos de ajuste, contratos e convênios com os prestadores públicos, privados e filantrópicos estabelecendo, dessa forma, um instrumento formal de relação. O chamamento público, publicado no final de 96, estabeleceu as regras para execução dos contratos no decorrer no ano de 1997, priorizando o serviço próprio e filantrópico para posterior compra do setor privado complementar. Até o final de 1997, 40 prestadores, entre eles a Santa Casa de Misericórdia, já haviam assinado o novo contrato.

Quanto à avaliação da qualidade desses serviços, foi implantado o Sistema Municipal de Controle, Avaliação e Auditoria. Estabeleceu-se o núcleo de auditoria, com objetivo de trabalhar na organização de indicadores de resultado e possibilitar uma maior integração entre a assistência desenvolvida nas unidades próprias e a rede contratada ou conveniada.

Outros avanços aconteceram no aprofundamento do papel regulador da Central de Internação, na reavaliação das Juntas Autorizativas de procedimentos eletivos (que devem ser definitivamente vinculadas aos Distritos Sanitários) e a autorização pelo Controle e Avaliação Municipal de todos os procedimentos pagos pelo SUS-BH (oncologia, órtese e prótese). Quanto a Gestão do Sistema de Saúde, conforme a NOB 01/96, várias discussões foram realizadas junto a Secretaria de Estado da Saúde, sobre o financiamento do setor e a cota para o município.

Dando segmento aos encaminhamentos referentes às deliberações da "V Conferência Municipal de Saúde", no ano de 1997 foram continuados os movimentos de apoio às Comissões Locais de Saúde (presentes mais de 90% dos Centros de Saúde) e aos Conselhos Distritais (em todos os nove distritos).

Além disso, várias ações foram viabilizadas para a obtenção da infra-estrutura necessária ao Conselho Municipal de Saúde, como forma de garantir a autonomia e o potencial de impacto no processo de controle para a população organizada e não organizada.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
 MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
 PROGRAMA E CATEGORIA DE DESPESAS
 1997

SECTOR : SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		DESPESAS CORRIENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	PERSONAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRIENTES	TOTAL		
75	SAÚDE	47.843.942	114.474.148	234.687.245	3.219.802	429.667.195
TOTAL		87.953.264	138.454.189	416.407.233	3.219.802	429.667.195

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O trabalho desenvolvido pela SMDS é pautado pelas diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A atual administração dá continuidade ao trabalho da administração anterior, voltado para a área da assistência e desenvolvimento social. Diante do quadro de necessidades da população carente e da escassez de recursos do poder público, a SMDS tem buscado estabelecer parcerias com os diversos segmentos da sociedade - ONG's, instituições nacionais e internacionais, entidades empresariais e profissionais e outros.

A SMDS desenvolveu, em consonância com as diretrizes e objetivos estabelecidos no orçamento referente a 1997, diversas ações voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes bem como ações de proteção a adultos.

Em julho de 1997, o DPCA (Departamento de Políticas para Crianças e Adolescentes) retomou os trabalhos com os parceiros financiadores e definiu metas e objetivos para o grupo. Construiu-se, a partir de então, um quadro de consolidação financeira das entidades conveniadas no município, com a apresentação de todas as formas de financiamento, quantidade de crianças atendidas e conveniadas no município e regionalização de creches.

Foram atendidas 28.189 crianças e adolescentes distribuídos nos programas de 0 a 6 e de 7 a 14 anos a partir do desenvolvimento de atividades esportivas, recreação, culturais, apoio escolar, além de refeição complementar diária.

Seiscentas crianças e adolescentes participam de oficinas ludo-pedagógicas, de esportes, criação e artes e sala de costura nos abrigos Granja de Freitas, Pompéia e Pedreira II. Foi feita a publicação do "Documento de Supervisão" (Documento de Saúde, Documento Critérios Básicos de Qualidade, a avaliação de Fóruns e dos GSI - Grupos de Supervisão Integrada); fêz-se a avaliação dos Diagnósticos de 1993 e 1995; implementou-se o Projeto Criança no Parque; desenvolveu-se cursos de capacitação para equipe, visando um maior conhecimento das questões que envolvem os trabalhos com creches; promoveu-se a intervenção nas creches que apresentaram problemas graves; consolidou-se o GSI - Grupo de Supervisão Integrada - através de reuniões com administradores regionais; realizou-se a Conferência Municipal da Criança e do Adolescente e os Fóruns de Creches.

Houve avaliação atualizada da rede conveniada, abordando questões como aspectos da estrutura física, administrativos, recursos humanos, alimentação, coordenação material e pedagógica das atividades desenvolvidas e das relações comunitárias.

A Secretaria participou do processo de elaboração e publicação das diretrizes para a política de abrigos no município e das competências quanto ao

[45-v.]
acompanhamento sócio-familiar. Formou-se, a partir da Comissão de Abrigo, um grupo de trabalho para elaboração do estudo de custos do atendimento em regime de abrigo e consolidou-se parcerias com Juizado e Conselho Tutelar, entre outros

Foram atendidos 1.180 meninos e meninas com trajetória de rua e em risco social, em unidades próprias e conveniadas: 700 meninos e meninas foram encaminhados à família ou nova moradia; 245 à escola e 297 a empregos. Em 1997, o Programa Miguilim recebeu o prêmio "Gestão Pública e Cidadania" concedido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford. Iniciou-se a atuação da "Banda de Rua" - composta por 15 meninos e meninas - que em dezembro se apresentou na cidade do Rio de Janeiro em um evento da União Européia. Foi aberta a Loja do Miguilim no Shopping Del Rey (produtos das unidades produtivas "Veredas Móveis e Confecções). Lançamento do projeto Miguilim Cultural (programa em que a cultura, a arte, o conhecimento e a disciplina contribuem para a construção da cidadania e da convivência) que atende atualmente 70 meninos e meninas. Este se realizou através do estabelecimento de parcerias com oito entidades e instituições não-governamentais.

Estão sendo desenvolvidas ações voltadas para adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional. A primeira, de responsabilidade do Juizado da Infância e Adolescência, é a reforma do galpão do Bairro Lindéia para o funcionamento provisório do centro de internação, que atenderá 36 adolescentes. A elaboração da proposta psico-pedagógica que orientará o atendimento aos adolescentes e a seleção do pessoal que atuará no Centro foram realizadas pela SMDS. Encontra-se em fase de discussão a construção do centro de internação no Barreiro para atender 60 adolescentes. Está em andamento a implantação, em cinco regionais (Leste, Oeste, Nordeste, Noroeste e Centro Sul), do programa de Liberdade Assistida - acompanhamento individual, familiar e comunitário da criança e adolescente submetido a esta medida - para atender 200 crianças e adolescentes neste primeiro estágio de implantação.

A SMDS coordenou a elaboração do Diagnóstico Municipal de Assistência Social junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Reestruturou-se o Programa de População de Rua, com a elaboração de proposta junto com as regionais Centro-Sul, Oeste, Noroeste e Leste, SMSA e Coordenadoria de Direitos Humanos. Foram implantadas oficinas de leitura, esporte e dança, no Centro de Referência, para população de rua.

Foi realizada a campanha de inverno "Agasalhe BH", que atendeu 380 pessoas em albergues e abrigos municipais e 253 crianças e adolescentes, que foram abrigados pelas igrejas evangélicas. A Secretaria coordenou também a "Campanha BH-Solidária", para arrecadar doações e ajudar as famílias desabrigadas pelas chuvas.

Atendimento de 1.054 famílias pelo serviço de cestas básicas - concessão de 4.576 cestas; liberação de 1.430 passagens para cidades de origem dos imigrantes;

de 1.141 fotos para documentos, de 4.000 carteiras de identidade, de 1.809 pedidos de certidões de nascimento; encaminhamento de 1.996 sepultamentos gratuitos; atendimento de 18.480 pessoas pelo serviço social.

No Centro de Referência foram atendidas aproximadamente 790 pessoas em 1997; no albergue noturno foram atendidas, em média, 250 pessoas por noite, e a República Reviver oferece moradia a uma média de 40 homens solteiros de rua. São desenvolvidas ações emergenciais e sócio-educativas para a população de rua (abordagem, higienização pessoal, lavagem de roupas, guarda-volumes e acompanhamento social, como também oficinas de arte, de esporte e de encadernação com papéis reciclados) e encaminhamento ao trabalho, dentre eles o Projeto Coleta Seletiva, em parceria com SLU.

O atendimento nos abrigos Pompéia e Granja de Freitas foi de aproximadamente 130 famílias atingidas pelas chuvas. Foram feitas reformas para melhorar o atendimento às famílias nestes abrigos, onde são desenvolvidas oficinas de geração de renda e educativas, principalmente para os desabrigados das chuvas.

Elaborou-se o projeto de integração da criança e adolescente portador de deficiência na escola, família e comunidade, prevendo a realização da pesquisa para a definição do número e tipo de deficiência de criança e adolescente nas regionais de Venda Nova, Norte e Nordeste e levantamento dos equipamentos que prestam atendimento aos portadores de deficiência. Foi realizada a "IV Semana da Pessoa Portadora de Deficiência". Em parceria com 19 entidades especializadas no atendimento à pessoa portadora de deficiência, a SMDS atendeu 1.200 crianças, jovens e adultos (sendo que deste total 60% são jovens) e viabilizou a concessão do benefício de prestação continuada para 2.300 pessoas portadores de deficiência (1 salário mínimo mensal).

Foram atendidos 5.000 idosos através de convênios com 65 entidades e realizados diversos programas de entretenimento; cursos de capacitação para monitores do Grupo de Convivência e de recursos humanos para gerentes e funcionários de asilos e vilas. Foram elaborados vários projetos voltados para idosos. Foram desenvolvidos o Circuito Cultural e os Fóruns da Terceira Idade e promovidos vários eventos.

Para proporcionar à população de baixa renda oportunidades e meios de se inserir no trabalho, foram estabelecidos convênios com as 37 entidades responsáveis pela profissionalização de jovens e adultos, atendendo em média a 4.200 pessoas/ano (deste total, 50% são jovens). Foi dado suporte financeiro e técnico a 48 grupos de produção comunitária através do programa Unidades Produtivas, atendendo a 600 famílias.

Buscando defender o direito da mulher na sociedade, a SMDS conta com dois programas: o "Benvinda", que atende, faz a triagem e o encaminhamento; e a "Casa Abrigo Sempre Viva", que recebe a mulher e seus filhos, vítimas da violência e em risco de vida. Foram atendidas 1.653 mulheres: 51% com orientação jurídica;

46-V-] 46% com atendimento psicológico; 3% com atendimento social; e desenvolvidas 29 oficinas, cada qual contemplando 40 mulheres (violência doméstica, separação/divórcio, testes de DNA). Atualmente na Casa Abrigo Sempre Viva se encontram sete famílias, num total de 21 pessoas.

São 13 CAC's distribuídos em oito Regionais, que agrupam ações desenvolvidas pela SMDS através dos programas sete a 14 anos, terceira idade e profissionalização, entre outros. Geridos através de convênios com associações comunitárias, os CAC's têm o enorme potencial de viabilizar a descentralização (ainda que parcial), das ações da SMDS. Foram desenvolvidas diversas atividades no decorrer do ano (participação da diretoria na implantação dos CAC's novos - Jardim Montanhês, Esplanada, Serrano e alto Vera Cruz -, apoio no desenvolvimento dos instrumentos de participação popular, atividades de apoio da diretoria para organização de serviços nos CAC's, apoio e coordenação da diretoria para o desenvolvimento de eventos nos CAC's e reordenamento da diretoria dos CAC's)

Implantou-se o Programa de Família, que é dirigido aos grupos familiares com episódios de violência doméstica às suas crianças e adolescentes, buscando criar dispositivos para que a atenção à família ocorra de forma a envolver diretorias e programas já em execução na SMDS. O programa estabeleceu em novembro um convênio com a Faculdade de Ciências Humanas da Fumec visando atender 100 famílias das regionais Leste e Oeste, vítimas de violência doméstica.

A SMDS produziu e encaminhou 18 projetos dos diversos programas a instituições nacionais e internacionais para captação de recursos e parcerias.

Está em andamento o Diagnóstico da Rede de Atendimento de Formação Profissional com recursos do Unicef.

A SMDS realizou 6 cursos de capacitação profissional: dois de Capacitação de Educadores Infantis; dois de Política Pública de Apoio à Criança e Adolescente; um de Política de Atendimento Emergencial e um de Política de Emprego. Os cursos se destinaram aos funcionários da SMDS/CT/CMDCA/CMAS, com recursos do FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador. Participaram dos cursos aproximadamente 200 funcionários.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	
CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRENTES		TOTAL	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		REGIMAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
01	EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS	0	6.896.982	6.896.982	308	7.205.290
05	JARDIM INFANTIL	693.282	416.782	1.110.064	0	1.110.064
07	ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS	0	706.390	706.390	11.377	717.767
11	ASSISTÊNCIA	9.496.877	9.497.024	18.993.901	238.393	19.232.294
TOTAL		9.190.159	16.517.188	25.707.347	357.078	26.064.425

ESPORTES

Com a mudança do governo do Município em janeiro de 1997 e conseqüente emanação de novas diretrizes, a Secretaria Municipal de Esportes reordenou suas atividades, acentuando sobremaneira suas preocupações com as questões sociais, através de ações apropriadas. Isso porque, no conjunto, as novas diretrizes apontavam para a necessidade de a Secretaria atuar como agente e instrumento de promoção social, em fina sintonia com o plano global de governo.

Com isso, voltou-se prioritariamente para projetos e programas sócio-educativos, alguns inclusive já anteriormente implantados, contemplando crianças e jovens, carentes ou não, sem prejuízo de outros segmentos, de outras faixas etárias.

Para fazer frente aos custos adicionais, decorrentes da nova programação e em função das limitações impostas pelo orçamento então vigente, estabeleceu parcerias com entidades públicas e privadas, principalmente com federações esportivas.

E assim cumpriu, de forma satisfatória, a programação proposta.

Esteve nas ruas e nas praças, nos campos, quadras, ginásios e escolas, no centro e nos bairros, realizando simpósios, debates, promoções e eventos, sempre tendo em vista o interesses das respectivas comunidades.

No balanço de suas atividades desenvolvidas em 97, pode agora contabilizar pontos positivos, possíveis de aperfeiçoamento e de acréscimos ao longo do ano corrente.

De sua atuação, primordialmente voltado para o menor, pode-se destacar a reavaliação do já existente programa denominado "Dente de Leite", que foi enxugado em seus gastos e teve distendidos os seus benefícios.

Atende, hoje, em torno de 4.000 (quatro mil) menores, entre 7 e 17 anos, distribuídos em 24 núcleos regionais voltados para a prática do futebol.

Enquanto integrantes do programa, os menores recebem lanche diário, além de ensinamentos básicos sobre higiene e prevenção quanto a doenças e uso de drogas, noções sobre educação sexual etc.

Na mesma linha, lançou, através de convênio de cooperação mútua com a Polícia Militar e com a MRV Engenharia, o programa de treinamento

[47-V.]
esportivo/educacional, denominado "Bom de bola, bom de escola", contemplando, ao final do ano, 340 crianças carentes, de ambos os sexos, com assistência pedagógica, técnica e psicológica, no aprendizado de diversas práticas esportivas.

As crianças matriculadas também recebem alimentação, uniformes, assistência médica e vagas em escolas municipais.

Esse programa foi implantado junto à barragem Santa Lúcia, devendo ser ampliado em 1998 para outras regiões do Município.

Ainda dentro dessa linha de atuação, voltado sobretudo para o público jovem, foram realizados os "Jogos Estudantis do Centenário", com a participação de cinco mil alunos, de 68 estabelecimentos escolares, das redes federal, estadual, municipal e particular.

Os jogos tiveram a duração de três meses, durante os quais os participantes foram sensibilizados para os benefícios da prática esportiva através das disputas nas modalidades de vôlei, basquete, handebol, futebol de salão, natação, peteca e atletismo.

A Secretaria preocupou-se também com a oferta de equipamentos públicos para os desportistas do Município, inclusive no que se refere à sua utilização, em duas frentes distintas. Na primeira, cuidou de recuperar e de ampliar o número de equipamentos existentes e sob sua responsabilidade, como por exemplo as reformas promovidas na pista de cooper junto ao "Anel da Serra" e na praça de esportes da Saudade, como também cuidou de realizar licitação com vistas à recuperação e ampliação das pistas de cooper existentes no Município, cuja licitação publicada no "Diário Oficial" de quatro de novembro último, encontra-se em fase final de concretização. Uma segunda frente atuou junto à Procuradoria Geral de Justiça, visando resgatar equipamentos esportivos públicos, ora "privatizados" por particulares por descuido da administração pública ao longo do tempo.

Pensando o esporte no âmbito municipal com outros segmentos da sociedade, buscou o enriquecimento e o aprimoramento da atuação do poder público nessa área, através da promoção do "I Encontro de Secretário de Esporte e Lazer de Minas Gerais".

Durante o encontro, que reuniu autoridades, professores, dirigentes esportivos, pessoas e instituições interessadas, foram realizados amplos debates e discussões, buscando delinear os desafios, as perspectivas e os caminhos para o desenvolvimento esportivo das comunidades com custos compatíveis e resultados compensadores.

Outro esforço, despendido em comum acordo com autoridades, órgãos e instituições, foi desenvolvido na busca da harmonia no relacionamento entre torcedores integrantes das chamadas torcidas organizadas, cujo desempenho vem, há tempos, preocupando a sociedade pelo grau de violência que irradiam. A Secretaria promoveu, com êxito, um torneio entre as torcidas organizadas da cidade, com 14 representações.

A realização da "Maratona do Centenário" foi outra das realizações da Secretaria que, paralelo à prática esportiva, procurou projetar a Capital centenária para muito além das fronteiras do Estado. Participaram da Maratona 542 corredores procedentes dos mais variados pontos do país.

Houve também programação especial para as pessoas portadoras de deficiência.

As diversas promoções da Secretaria tiveram seu ponto culminante com o resgate dos feitos e das glórias alcançadas por sucessivas gerações, no campo esportivo, ao longo dos últimos 100 anos do município, através da promoção denominada "Os Melhores do Esporte nos Cem Anos de Belo Horizonte". Na oportunidade, foi lançado um livro contendo a biografia dos homenageados.

Finalmente, dentre tantas outras promoções e participações na vida esportiva da cidade, a Secretaria está colocando em curso seu projeto visando a implantação, em cada regional, de um centro de capacitação profissional de esporte e lazer, tendo como objetivo a formação de lideranças para a execução das políticas públicas do atual governo para essas áreas.

A meta final é a implantação de nove desses centros, um em cada regional, com cada um deles tendo a participação direta de 50 líderes da comunidade e a participação indireta de 2.000 pessoas. Ao final da implantação dos centros, a comunidade da Capital contará com aproximadamente 450 líderes comunitários e 18.000 pessoas aptas a difundir e a promover a prática autônoma do esporte no município.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SETOR : SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	TÍTULO DO PROGRAMA	DESPESAS CORRIENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
		PERSONAL E ENCARGOS	OUTRAS DESPESAS CORRIENTES	TOTAL		
66	EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES	2.218.111	889.298	2.107.410	41.928	2.149.338
	TOTAL	2.218.111	889.298	2.107.410	41.928	2.149.338

Em 1997, foram essencialmente três os objetivos gerais da Secretaria Municipal de Cultura: consolidar os avanços da gestão 93/96; inovar naquelas dimensões que não puderam ser contempladas de modo adequado no período anterior, e contribuir com vigor e criatividade para as comemorações do 1º Centenário de Belo Horizonte.

Cabe assinalar que a Secretaria empenhou-se fortemente na busca de recursos externos, públicos e/ou privados, imprescindíveis à consecução de tais objetivos. A busca por financiamentos externos e parcerias consumiu boa parte do trabalho da SMC em 1997. Os aportes externos foram decisivos para que várias metas pudessem ser cumpridas. Avançou-se bastante no processo de descentralização e democratização, através de iniciativas como o BH Cine (Cine Grátis), que realizou apresentações na periferia da cidade, assim como pelo incremento da descentralização do FIT (o número de espetáculos nas regionais dobrou) e da Bienal de Quadrinhos, que teve exposições e debates nos quatro cantos da cidade. A participação popular nestas e em outras atividades da SMC foi superior às expectativas: o FIT teve 140 mil espectadores, a Bienal, 117 mil. O bom retorno de público das atividades realizadas pelos Centros Culturais da SMC - no Parque Lagoa do Nado, no São Bernardo, no Alto Vera Cruz, no Morro do Papagaio - ao longo de todo o ano também merecem ser destacados.

Quanto à consolidação organizativa e funcional dos órgãos recém criados, e à sua programação, embora ainda enfrentem carências de pessoal e de equipamentos, as unidades mais recentes conseguiram assegurar um programa contínuo de atividades - mostras, exposições, cursos, debates, oficinas, work-shops etc. - bem como aprofundaram seus laços com as respectivas comunidades.

O Museu Abílio Barreto e o Centro de Cultura Belo Horizonte tiveram as obras concluídas e as unidades re-inauguradas. O MHAB funcionou durante todo o ano, tendo realizado várias atividades, mesmo fora da sede própria. O Centro de Cultura, entregue à população em 08/12/97, estará consolidando sua programação no primeiro semestre de 1998.

O calendário permanente de grande eventos foi uma meta inteiramente cumprida na etapa 97: o FIT Especial do Centenário obteve grande sucesso e volta a ser bienal a partir de 98; a Bienal Internacional de Quadrinhos realizou-se pela primeira vez em Belo Horizonte, com enorme repercussão local e nacional; histórica reivindicação do meio artístico, o salão Nacional de Artes Plásticas voltou a ser realizado, depois de cinco anos; os concursos literários "Cidade de Belo Horizonte" e "João de Barro" retomaram a sua dimensão e o seu prestígio nacionais, com recorde histórico de inscrições; e as "Conferências do Centenário" inseriram a cidade no circuito intelectual do país e do mundo. Para 1998, a SMC, caso obtenha os recursos financeiros necessários, pretende realizar a "Mostra de Cinema Independente", o "Festival Internacional de Poesia" e o "2º Festival Internacional de Arte e Cultura Negra", além do 4º FIT. Com isso, estaria basicamente consolidado o

calendário permanente, em ritmo bienal, de grandes eventos artísticos em Belo Horizonte.

As políticas setoriais que articulam os grandes eventos com atividades cotidianas são um dos maiores desafios da secretaria. Onde existem unidades da SMC, tal articulação avança com maior consistência (exemplos: oficinas de teatro na Lagoa do Nado ou de leitura no Morro do Papagaio) mas para atingir adequadamente o conjunto da cidade em suas nove regiões, a Secretaria estará executando em 98 um Programa Global de Descentralização Cultural, em parceria com as administrações regionais.

A integração orgânica da área de memória e patrimônio tem avançado de modo promissor, sendo responsável por diversas iniciativas conjuntas, especialmente relativas ao Centenário, com publicações gráficas e eletrônicas de grande qualidade.

Um dos maiores sucessos da SMC deu-se com certeza no terreno do debate público sobre questões filosóficas e ético-culturais: o ciclo das "Conferências do Centenário" trouxe a Belo Horizonte grandes pensadores e escritores e mobilizou intensamente a opinião pública. Por essa razão, o projeto será mantido em 1998, mesmo após o encerramento oficial do Centenário. As conferências serão publicadas e os debates passarão a ser, tanto quanto possível, descentralizados.

O intercâmbio internacional ocorreu através dessas grandes iniciativas já mencionadas: no FIT, na Bienal de Quadrinhos, nas "Conferências" etc. Visitaram Belo Horizonte grandes artistas do Brasil e do mundo, que, por sua vez, estão abrindo caminho para a produção artística mineira em seus estados e países. Empresários e agentes de vários países passaram a incorporar Belo Horizonte em seu roteiro no Brasil. O jornal Folha de São Paulo resumiu o fenômeno em sua manchete de 06/11/97: "Artistas estrangeiros descobrem Belo Horizonte".

Quanto à Lei Municipal de Incentivo à Cultura, seu funcionamento foi aperfeiçoado, o atendimento melhorou e a SMC realizou um importante trabalho de capacitação dos produtores culturais para operarem com a Lei, através de oficinas e work-shops.

Por fim, no que diz respeito às atividades culturais comemorativas do Centenário, elas foram centenas, em sua maioria exitosas. Além dos macro-eventos já mencionados (FIT, Bienal, Salão Nacional, Conferências, Concursos Literários), cabe destacar as inúmeras publicações (álbuns, catálogos, livros, Cds, CD Roms, vídeos, exposições, mostras, espetáculos) dedicados aos mais diversos aspectos da vida belo-horizontina ao longo do século.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
MÁTICE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR
PROGRAMAS E CATEGORIA DE DESPESAS
1997

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		DESPESAS CORRENTES			DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
CIDADE:	TÍTULO DO PROGRAMA	PERSONAL E TERCIÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL		
BH	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	2.074.134	4.385.258	6.524.414	88.418	6.612.832
TOTAL		2.074.134	4.385.258	6.524.414	88.418	6.612.832

[49.v.]

Coordenação Geral do Relatório de Atividades 1997

Secretário Municipal de Planejamento

Maurício Borges Lemos

Secretário-Adjunto de Planejamento

Wieland Silberschneider

Diretora do Departamento de Planejamento e Coordenação/DPCPL

Júnia Santa Rosa

Equipe Técnica DPCPL

Aléxia Luciana Ferreira

Maria Sílvia de Almeida Paz

Murilo Dimas Duque Caldeira

Neusa Santos

Rodrigo Rocha de Assis

Equipe Técnica Prodabel

Maria Aparecida Trindade

Sabrina Chaves Gaspar de Morais Faria

Sérgio Eduardo Araújo Ferreira

Equipe Técnica do Núcleo de Criação/ASSCS

Helmut Adriano de Souza

